

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	9
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	18
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	26

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	95
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	381.587
Preferenciais	744.015
Total	1.125.602
Em Tesouraria	
Ordinárias	243
Preferenciais	1.501
Total	1.744

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	12/12/2011	Juros sobre Capital Próprio	02/05/2012	Ordinária		0,51496
Assembléia Geral Ordinária	12/12/2011	Juros sobre Capital Próprio	02/05/2012	Preferencial		0,56646

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	55.461.736	55.044.747
1.01	Ativo Circulante	4.705.057	4.775.480
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	877.302	826.902
1.01.01.01	Caixa e contas bancárias	1.361	17.969
1.01.01.02	Aplicações financeiras	875.941	808.933
1.01.03	Contas a Receber	2.267.013	2.286.636
1.01.03.01	Clientes	2.267.013	2.286.636
1.01.04	Estoques	36.994	31.836
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.021.601	1.130.761
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.021.601	1.130.761
1.01.07	Despesas Antecipadas	51.802	37.705
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	450.345	461.640
1.01.08.03	Outros	450.345	461.640
1.01.08.03.01	Créditos com partes relacionadas	203.153	190.333
1.01.08.03.02	Operações com derivativos	2	674
1.01.08.03.04	Outros ativos - cp	247.190	270.633
1.02	Ativo Não Circulante	50.756.679	50.269.267
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.671.076	3.766.469
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	17.520	18.290
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	35.351	37.068
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	1.298	1.592
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	17.145	16.862
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	16.908	18.614
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.618.205	3.711.111
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	2.932.170	2.815.964
1.02.01.09.04	Operações com derivativos - lp	29.067	35.142
1.02.01.09.05	Tributos a recuperar - lp	591.949	787.852
1.02.01.09.07	Outros ativos - lp	65.019	72.153
1.02.02	Investimentos	21.079.182	20.245.883
1.02.02.01	Participações Societárias	21.079.182	20.245.883
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	10.714.373	9.884.645
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	117.687	116.800
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	10.247.122	10.244.438
1.02.03	Imobilizado	9.603.319	9.691.517
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.105.502	9.105.857
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	497.817	585.660
1.02.04	Intangível	16.403.102	16.565.398

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	55.461.736	55.044.747
2.01	Passivo Circulante	5.847.880	6.398.178
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	210.164	244.438
2.01.01.01	Obrigações Sociais	106.678	95.222
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	103.486	149.216
2.01.02	Fornecedores	2.154.998	2.396.987
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.154.717	2.396.636
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	281	351
2.01.03	Obrigações Fiscais	585.378	700.187
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	80.529	107.123
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	500.515	588.631
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.334	4.433
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	917.307	979.523
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	418.743	510.899
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	126.345	505.083
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	292.398	5.816
2.01.04.02	Debêntures	498.564	468.624
2.01.05	Outras Obrigações	1.686.005	1.789.906
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	109.454	138.900
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	109.454	138.900
2.01.05.02	Outros	1.576.551	1.651.006
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	970.319	972.986
2.01.05.02.04	Operações com derivativos	10.617	10.960
2.01.05.02.05	Receita diferida	77.276	84.956
2.01.05.02.06	Outras obrigações	172.061	235.708
2.01.05.02.07	Grupamentos de frações de ações	346.278	346.396
2.01.06	Provisões	294.028	287.137
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	294.028	287.137
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	38.642	38.642
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	255.386	248.495
2.02	Passivo Não Circulante	5.327.456	5.320.852
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.966.114	2.065.590
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.172.183	1.277.783
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	885.385	987.367
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	286.798	290.416
2.02.01.02	Debêntures	793.931	787.807
2.02.02	Outras Obrigações	82.688	90.711
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.508	5.119
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.508	5.119
2.02.02.02	Outros	79.180	85.592
2.02.02.02.03	Operações com derivativos	8.952	13.382
2.02.02.02.04	Impostos taxas e contribuições	31.807	32.390
2.02.02.02.05	Outras obrigações	38.421	39.820
2.02.03	Tributos Diferidos	834.594	788.954
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	834.594	788.954

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04	Provisões	2.399.757	2.336.981
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.399.757	2.336.981
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.188.895	1.146.930
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	386.351	386.844
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	296.141	291.178
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	250.674	242.328
2.02.04.01.05	Passivo contigente	264.226	256.044
2.02.04.01.06	Provisões para desmantelamento	13.470	13.657
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	44.303	38.616
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	44.303	38.616
2.02.06.02.01	Receita diferida - Lp	44.303	38.616
2.03	Patrimônio Líquido	44.286.400	43.325.717
2.03.01	Capital Social Realizado	37.798.110	37.798.110
2.03.02	Reservas de Capital	2.688.371	2.689.736
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-80.704	-79.339
2.03.02.07	Prêmio na aquisição de participações de não controladores	-29.929	-29.929
2.03.02.08	Outras reservas de capital	2.799.004	2.799.004
2.03.04	Reservas de Lucros	877.322	877.322
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	2.915.335	1.953.029
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	7.262	7.520

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.263.797	3.689.647
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.023.786	-2.128.928
3.03	Resultado Bruto	1.240.011	1.560.719
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-213.608	-888.013
3.04.01	Despesas com Vendas	-829.794	-735.607
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-199.576	-137.220
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	64.974	109.286
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-77.676	-74.861
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	828.464	-49.611
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.026.403	672.706
3.06	Resultado Financeiro	-35.248	2.660
3.06.01	Receitas Financeiras	155.561	96.382
3.06.02	Despesas Financeiras	-190.809	-93.722
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	991.155	675.366
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-33.705	-257.029
3.08.01	Corrente	12.930	-229.997
3.08.02	Diferido	-46.635	-27.032
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	957.450	418.337
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	957.450	418.337
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,8	0,78
3.99.01.02	PN	0,88	0,85
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,8	0,78
3.99.02.02	PN	0,88	0,85

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	957.450	418.337
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-258	6.535
4.02.01	Ganhos (Perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda, líquido de impostos	-2.548	4.272
4.02.02	Ajuste acumulado de conversão de operações em moeda estrangeira	142	2.263
4.02.03	Participação no resultado abrangente das subsidiárias	2.148	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	957.192	424.872

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	926.438	885.495
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	986.312	1.272.628
6.01.01.01	Lucros antes dos impostos	991.155	675.366
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	652.628	475.654
6.01.01.03	Variações cambiais de empréstimos	-6.023	-16.551
6.01.01.04	Variações monetárias	-1.903	-13.261
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial	-828.464	49.611
6.01.01.06	(Lucro)/Prejuízo na baixa de bens	5.195	-9.047
6.01.01.07	Provisão para redução ao valor recuperável	77.944	73.834
6.01.01.08	Pensão e eoutos benefícios pós-emprego	-1.345	-2.547
6.01.01.09	Provisões tributárias, trabalhistas e civeis	27.293	2.320
6.01.01.10	Despesas de juros	67.720	40.708
6.01.01.11	Provisão para desmobilização	-188	0
6.01.01.13	Outros	2.300	-3.459
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-59.874	-387.133
6.01.02.01	Contas a receber de clientes liquidados	-58.321	-129.780
6.01.02.02	Estoques	-5.158	-4.998
6.01.02.03	Outros ativos circulantes	154.638	51.213
6.01.02.04	Outros Ativos não circulantes	127.402	-150.707
6.01.02.05	Pessoal, encargos e benefícios	-34.274	-59.562
6.01.02.06	Contas a pagar e despesas provisionadas	12.670	162.581
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	-115.392	-11.395
6.01.02.08	Outros passivos circulantes	-95.818	10.148
6.01.02.09	Outros passivos não circulantes	-1.752	-7.746
6.01.02.10	Juros pagos	-34.386	-40.956
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-9.483	-205.931
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-673.696	-711.589
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intagível líquido de doações	-674.349	-733.072
6.02.03	Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	653	21.483
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-202.342	590.622
6.03.01	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	-195.561	-104.464
6.03.02	Captações de empréstimos e debêntures	0	698.470
6.03.03	Pagamento líquido dos contratos de derivativos	-5.416	-3.384
6.03.06	Recompra de ações em tesouraria	-1.365	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	50.400	764.528
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	826.902	1.089.089
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	877.302	1.853.617

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.365	0	4.856	0	3.491
5.04.08	Recompra de ações	0	-1.365	0	0	0	-1.365
5.04.09	Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos, líquido de impostos	0	0	0	4.856	0	4.856
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	957.450	-258	957.192
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	957.450	0	957.450
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-258	-258
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	37.798.110	2.688.371	877.322	2.915.335	7.262	44.286.400

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.575.480	2.733.562	659.556	1.694.099	4.417	11.667.114
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.575.480	2.733.562	659.556	1.694.099	4.417	11.667.114
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.694.099	0	-1.694.099
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.694.099	0	-1.694.099
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	418.337	6.535	424.872
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	418.337	0	418.337
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.535	6.535
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.575.480	2.733.562	659.556	418.337	10.952	10.397.887

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	4.361.417	5.090.279
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.374.387	5.055.008
7.01.02	Outras Receitas	64.974	109.105
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-77.944	-73.834
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.967.407	-2.222.033
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.327.792	-1.527.628
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-625.529	-653.462
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-5.848	-12.435
7.02.04	Outros	-8.238	-28.508
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.394.010	2.868.246
7.04	Retenções	-652.628	-475.654
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-652.628	-475.654
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.741.382	2.392.592
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	984.025	46.771
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	828.464	-49.611
7.06.02	Receitas Financeiras	155.561	96.382
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.725.407	2.439.363
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.725.407	2.439.363
7.08.01	Pessoal	234.194	185.706
7.08.01.01	Remuneração Direta	142.651	132.205
7.08.01.02	Benefícios	24.524	37.649
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.590	10.848
7.08.01.04	Outros	54.429	5.004
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.195.603	1.601.591
7.08.02.01	Federais	300.828	536.294
7.08.02.02	Estaduais	872.609	1.054.196
7.08.02.03	Municipais	22.166	11.101
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	293.612	196.377
7.08.03.01	Juros	103.214	43.484
7.08.03.02	Aluguéis	96.830	103.185
7.08.03.03	Outras	93.568	49.708
7.08.05	Outros	1.001.998	455.689
7.08.05.01	Provisões trabalhistas e cíveis, liquidas	44.548	37.352
7.08.05.02	Lucros retidos	957.450	418.337

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	65.388.941	65.489.973
1.01	Ativo Circulante	12.087.646	11.810.118
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.177.346	2.940.342
1.01.01.01	Caixa e contas bancárias	30.020	77.404
1.01.01.02	Aplicações financeiras	3.147.326	2.862.938
1.01.03	Contas a Receber	4.901.347	5.105.860
1.01.03.01	Clientes	4.901.347	5.105.860
1.01.04	Estoques	434.722	471.721
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.406.472	2.495.066
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.406.472	2.495.066
1.01.07	Despesas Antecipadas	493.567	255.056
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	674.192	542.073
1.01.08.03	Outros	674.192	542.073
1.01.08.03.01	Creditos com partes relacionadas	36.958	40.285
1.01.08.03.02	Operações com derivativos	1.314	1.840
1.01.08.03.03	Depositos judiciais	118.476	116.421
1.01.08.03.04	Outros Ativos - Cp	517.444	383.527
1.02	Ativo Não Circulante	53.301.295	53.679.855
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.260.841	6.434.416
1.02.01.03	Contas a Receber	82.647	84.855
1.02.01.03.01	Clientes	82.647	84.855
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.264.446	1.428.878
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.264.446	1.428.878
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	37.986	32.138
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	18.215	20.214
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	1.306	1.599
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	16.909	18.615
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.857.547	4.868.331
1.02.01.09.03	Depositos judiciais	3.629.222	3.400.244
1.02.01.09.04	Operações com derivativos - Lp	196.443	225.935
1.02.01.09.05	Tributos a recuperar - Lp	810.330	1.014.959
1.02.01.09.06	Aplicações financeiras em garantias	102.657	99.114
1.02.01.09.07	Outros ativos - Lp	118.895	128.079
1.02.02	Investimentos	40.764	37.835
1.02.02.01	Participações Societárias	40.764	37.835
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	40.764	37.835
1.02.03	Imobilizado	17.098.166	17.153.920
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	16.064.188	15.825.061
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.033.978	1.328.859
1.02.04	Intangível	29.901.524	30.053.684

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	65.388.941	65.489.973
2.01	Passivo Circulante	11.688.464	12.740.263
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	402.871	495.624
2.01.01.01	Obrigações Sociais	223.257	223.359
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	179.614	272.265
2.01.02	Fornecedores	5.398.546	6.081.611
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.231.396	6.079.722
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	167.150	1.889
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.544.445	1.691.991
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	414.374	438.675
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	142.470	129.610
2.01.03.01.02	Outros impostos federais	271.904	309.065
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.076.683	1.205.613
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	53.388	47.703
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.395.628	1.457.037
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	897.064	988.413
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	859.624	951.795
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	37.440	36.618
2.01.04.02	Debêntures	498.564	468.624
2.01.05	Outras Obrigações	2.516.920	2.597.687
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	43.017	66.490
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	43.017	66.490
2.01.05.02	Outros	2.473.903	2.531.197
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	970.319	972.986
2.01.05.02.04	Operações com derivativos	41.856	51.162
2.01.05.02.05	Receita Diferida	793.110	761.268
2.01.05.02.07	Grupamento de frações	389.834	389.953
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	278.784	355.828
2.01.06	Provisões	430.054	416.313
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	430.054	416.313
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	24.339	23.302
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	76.731	74.430
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	328.984	318.581
2.02	Passivo Não Circulante	9.409.881	9.418.925
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.532.307	4.746.922
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.738.376	3.959.115
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.785.750	2.991.526
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	952.626	967.589
2.02.01.02	Debêntures	793.931	787.807
2.02.02	Outras Obrigações	574.660	579.698
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.530	4.976
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.530	4.976
2.02.02.02	Outros	571.130	574.722
2.02.02.02.03	Operações com derivativos	63.016	78.369
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	446.762	433.071

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.02.02.05	Outras obrigações	61.352	63.282
2.02.03	Tributos Diferidos	834.594	788.954
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	834.594	788.954
2.02.04	Provisões	3.312.229	3.147.085
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.312.229	3.147.085
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.733.141	1.583.433
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	453.399	451.779
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	314.798	308.893
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	362.219	346.123
2.02.04.01.05	Passivo Contingente	264.226	256.044
2.02.04.01.06	Provisão para desmantelamento	184.446	200.813
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	156.091	156.266
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	44.290.596	43.330.785
2.03.01	Capital Social Realizado	37.798.110	37.798.110
2.03.02	Reservas de Capital	2.688.371	2.689.736
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-80.704	-79.339
2.03.02.07	Premio na aquisição de participação de não controladores	-29.929	-29.929
2.03.02.08	Outras reservas de capital	2.799.004	2.799.004
2.03.04	Reservas de Lucros	877.322	877.322
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	2.915.335	1.953.029
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	7.262	7.520
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	4.196	5.068

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.314.330	3.974.695
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.234.140	-2.404.009
3.03	Resultado Bruto	4.080.190	1.570.686
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.551.146	-917.136
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.174.991	-775.188
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-559.163	-170.259
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	380.961	108.468
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-197.953	-80.919
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	762
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.529.044	653.550
3.06	Resultado Financeiro	-63.069	27.892
3.06.01	Receitas Financeiras	336.350	123.483
3.06.02	Despesas Financeiras	-399.419	-95.591
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.465.975	681.442
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-509.397	-263.105
3.08.01	Corrente	-298.331	-235.804
3.08.02	Diferido	-211.066	-27.301
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	956.578	418.337
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	956.578	418.337
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	957.450	418.337
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-872	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,8	0,78
3.99.01.02	PN	0,88	0,85
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,8	0,78
3.99.02.02	PN	0,88	0,85

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	956.578	418.337
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-258	6.535
4.02.01	Ganhos (Perdas) não realizados em investimentos disponíveis para venda, líquidas impostos	-2.169	4.272
4.02.02	Ganho (Perda) operações de derivativos, líquidas de impostos	1.769	0
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	142	2.263
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	956.320	424.872
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	957.192	424.872
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-872	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.133.542	823.530
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.974.290	1.306.182
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	1.465.975	681.442
6.01.01.02	Depreciação e amortizações	1.318.292	538.508
6.01.01.03	Variações cambiais de empréstimos	-1.705	-16.551
6.01.01.04	Variações monetárias	134	-12.792
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial	0	-762
6.01.01.06	(Lucro)/Prejuízo na baixa de bens	-208.107	-8.620
6.01.01.07	Provisão para redução ao valor recuperável	181.860	84.962
6.01.01.08	Pensão e outros benefícios pós-emprego	-3.603	-2.567
6.01.01.09	Provisões tributárias, trabalhistas e cíveis	74.504	3.115
6.01.01.10	Despesas de juros	139.784	40.708
6.01.01.11	Provisões para desmobilização	-508	0
6.01.01.12	Provisões de programa de fidelização	7.300	0
6.01.01.13	Outros	364	-1.261
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-840.748	-482.652
6.01.02.01	Contas a receber de clientes líquidos	24.862	-125.291
6.01.02.02	Estoques	35.347	-20.730
6.01.02.03	Outros ativos circulantes	133.150	48.988
6.01.02.04	Outros ativos não circulantes	32.082	-35.470
6.01.02.06	Pessoal, encargos e benefícios	-92.754	-61.942
6.01.02.07	Contas a pagar e despesas provisionadas	-293.014	-23.869
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições	-176.069	-11.574
6.01.02.09	Outros passivos circulantes	-110.706	4.123
6.01.02.10	Outros passivos não circulantes	-31.109	-8.074
6.01.02.11	Juros pagos	-94.256	-40.956
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-268.281	-207.857
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.572.957	-701.053
6.02.01	Aquisições de imobilizado e intangível líquido de doações	-1.574.318	-722.536
6.02.02	Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	1.361	21.483
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-323.581	590.622
6.03.01	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-305.608	-104.464
6.03.02	Captação de empréstimos e debêntures	6.966	698.470
6.03.03	Pagamento líquido dos contratos de derivativos	-23.574	-3.384
6.03.06	Recompra de ações em tesouraria	-1.365	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	237.004	713.099
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.940.342	1.556.715
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.177.346	2.269.814

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717	5.068	43.330.785
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	37.798.110	2.689.736	877.322	1.953.029	7.520	43.325.717	5.068	43.330.785
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.365	0	4.856	0	3.491	0	3.491
5.04.08	Recompra de ações	0	-1.365	0	0	0	-1.365	0	-1.365
5.04.09	Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos, líquido	0	0	0	4.856	0	4.856	0	4.856
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	957.450	-258	957.192	-872	956.320
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	957.450	0	957.450	-872	956.578
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-258	-258	0	-258
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	37.798.110	2.688.371	877.322	2.915.335	7.262	44.286.400	4.196	44.290.596

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.575.480	2.733.562	659.556	1.694.099	4.417	11.667.114	0	11.667.114
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.575.480	2.733.562	659.556	1.694.099	4.417	11.667.114	0	11.667.114
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.694.099	0	-1.694.099	0	-1.694.099
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.694.099	0	-1.694.099	0	-1.694.099
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	418.337	6.535	424.872	0	424.872
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	418.337	0	418.337	0	418.337
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.535	6.535	0	6.535
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.575.480	2.733.562	659.556	418.337	10.952	10.397.887	0	10.397.887

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 31/03/2012	Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	11.477.698	5.421.912
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.278.762	5.398.587
7.01.02	Outras Receitas	380.796	108.287
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-181.860	-84.962
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.185.099	-2.444.648
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.241.108	-1.632.077
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.725.877	-766.555
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-42.510	-12.863
7.02.04	Outros	-175.604	-33.153
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.292.599	2.977.264
7.04	Retenções	-1.318.292	-538.509
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.318.292	-538.509
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.974.307	2.438.755
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	336.350	124.245
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	762
7.06.02	Receitas Financeiras	336.350	123.483
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.310.657	2.563.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.310.657	2.563.000
7.08.01	Pessoal	537.892	191.532
7.08.01.01	Remuneração Direta	345.546	136.695
7.08.01.02	Benefícios	79.733	38.339
7.08.01.03	F.G.T.S.	26.448	11.232
7.08.01.04	Outros	86.165	5.266
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.905.674	1.635.415
7.08.02.01	Federais	1.534.806	563.082
7.08.02.02	Estaduais	2.340.181	1.054.204
7.08.02.03	Municipais	30.687	18.129
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	823.513	279.263
7.08.03.01	Juros	172.482	44.196
7.08.03.02	Aluguéis	425.105	184.288
7.08.03.03	Outras	225.926	50.779
7.08.05	Outros	1.043.578	456.790
7.08.05.01	Provisões trabalhistas e civeis, liquidas	86.128	38.453
7.08.05.02	Lucros retidos	956.578	418.337
7.08.05.03	Participação minoritaria	872	0

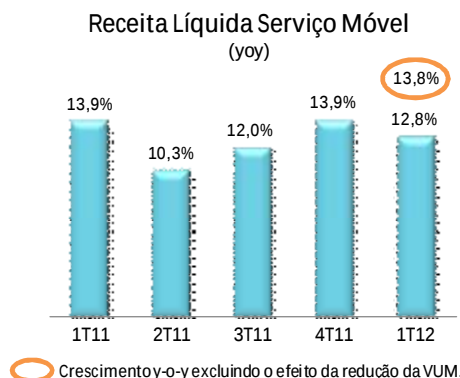
Comentário do Desempenho

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

R\$ milhões	Consolidado 1T12	Consolidado 4T11	Δ%	Combinado 1T11	Δ%
Receita Líquida Móvel	5.105,6	5.260,4	(2,9)	4.671,1	9,3
Receita de serviço móvel	4.924,2	5.097,4	(3,4)	4.367,2	12,8
Franquia e utilização	2.599,8	2.660,5	(2,3)	2.322,6	11,9
Uso de rede	971,3	1.059,5	(8,3)	1.022,1	(5,0)
Dados e SVAs	1.318,3	1.334,3	(1,2)	984,3	33,9
Messaging P2P	446,4	473,3	(5,7)	321,1	39,1
Internet	663,7	645,8	2,8	532,4	24,7
Outras Receitas de Dados e SVAs	208,1	215,2	(3,3)	130,8	59,1
Outros serviços	34,8	43,2	(19,3)	38,2	(8,8)
Receita de aparelho móvel	181,4	163,0	11,3	304,0	(40,3)

Nota: De forma a melhor refletir o desempenho da empresa integrada, as receitas estão apresentadas após *intercompany*. Adicionalmente, a Receita Líquida Móvel considera a alocação da receita de longa distância por origem da chamada.

A receita líquida de serviços no trimestre, impulsionada pelo consumo de dados e internet, manteve crescimento acelerado de 12,8% na comparação anual, mesmo afetada pelos impactos regulatórios de redução da VUM.



A grande adesão às ofertas “Vivo Sempre” e “Vivo Ilimitado” e o forte crescimento da base contribuíram para uma evolução positiva da receita de **franquia e utilização** em 11,9% no comparativo anual.

A receita de **uso de rede** reduziu-se em 5,0% em relação ao 1T11 e 8,3% em relação ao 4T11, em função da redução da VUM a partir de fevereiro, além do menor tráfego de outras operadoras terminado em nossa rede.

A receita de **Dados e SVAs** (Serviços de Valor Adicionado) manteve forte *performance* e evoluiu 33,9% em relação ao 1T11 através do aumento no consumo de SMS e crescimento de clientes com planos ou pacotes de dados. A quantidade de acessos com planos ou pacote de dados avançou 126% na comparação anual.

Nesse trimestre, a receita de Dados & SVAs representou 26,8% da receita líquida de serviços móveis, uma evolução de 4,2 p.p. na comparação anual. Se considerarmos apenas a receita sainte, a participação teria representado 33,3% no primeiro trimestre de 2012.

A receita com **SMS** atingiu variação anual de 39,1% mantendo o crescimento obtido em trimestres anteriores, impulsionada pelo crescimento da base de assinantes pré e maior adoção de pacotes de SMS em nossos planos ilimitados pós pagos.

As receitas de **internet móvel** avançaram 24,7% na comparação com o 1T11 e 2,8% em relação ao 4T11, respondendo nesse trimestre por 50,3% da receita de dados, alavancados pela maior venda de modems e smartphones com planos e pacotes de dados.

Comentário do Desempenho

Outras Receitas de Dados e SVAs evoluíram 59,1% no ano, em virtude do desempenho dos serviços interativos baseados em SMS (P2A) e download de aplicativos e conteúdos, além do crescimento em serviços inovadores como os financeiros e *e-health*.

A redução anual de 40,3% da **receita de aparelho móvel** é explicada principalmente pela maior quantidade de vendas avulsas de *SIM Cards* e venda de aparelhos via fornecimento direto, além da implementação da frequência de 1800 Mhz.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

R\$ milhões	Consolidado 1T12	Consolidado 4T11	Δ%	Combinado 1T11	Δ%
Receita Líquida Fixa	3.208,7	3.339,7	(3,9)	3.346,4	(4,1)
Voz e acessos	1.803,6	1.922,1	(6,2)	2.113,0	(14,6)
Uso de rede	118,7	109,2	8,7	116,8	1,6
Dados	892,2	897,1	(0,5)	807,1	10,5
TV por assinatura	157,7	173,0	(8,9)	108,5	45,4
Outros serviços	236,6	238,3	(0,7)	201,0	17,7

Nota: De forma a melhor refletir o desempenho da empresa integrada, as receitas estão apresentadas após *intercompany*. Adicionalmente, a Receita Líquida Fixa considera a alocação da receita de longa distância por originação da chamada e a alocação das receitas advindas da solução FWT (Vivo Fixo e Vivo Box).

A receita líquida do negócio fixo teve redução de 4,1% no ano. Essa evolução está impactada, principalmente, pela menor receita de voz local originada na fixa, apesar do aumento das receitas de dados e TV por assinatura.

A receita de **Voz e acessos** diminuiu 14,6% em relação ao 1T11, principalmente pela queda do tráfego originado na fixa, menor base de acessos e redução das tarifas fixo-móvel a partir de 24 de fevereiro.

As receitas de **Uso da rede** foram 1,6% superiores em comparação ao 1T11.

As receitas de **Dados** aumentaram 10,5% em relação ao 1T11, apesar da intensificação do entorno competitivo. Parte desta mudança é explicada pelo crescimento da base de acessos em banda larga (+9,1% y-o-y), com destaque para o crescimento no Vivo Fibra e no negócio corporativo.

Destaca-se a evolução de dados sobre a receita total fixa que passou de 24,1% no 1T11 para 27,8% no 1T12.

No 1T12 as receitas de **TV por assinatura** aumentaram 45,4% em comparação ao 1T11, principalmente pela **consolidação dos resultados do negócio de TV por assinatura da TVA a partir do 2T11**. Excluído esse efeito, a receita de TV por assinatura no 1T12 teria crescido 1,8% em relação ao 1T11.

As receitas de **Outros Serviços** foram 17,7% maiores que no 1T11, devido principalmente ao maior fornecimento de *hardware* e equipamentos atrelados a soluções integradas para o negócio corporativo.

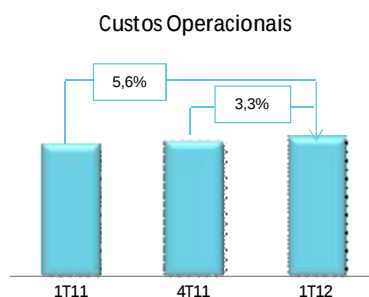
Comentário do Desempenho

CUSTOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS

COMBINADO PARA O 1T11

CUSTOS OPERACIONAIS

R\$ milhões	Consolidado 1T12	Consolidado 4T11	Δ%	Combinado 1T11	Δ%
Custos Operacionais	(5.467,0)	(5.292,5)	3,3	(5.177,6)	5,6
Pessoal	(713,7)	(594,5)	20,1	(541,1)	31,9
Custo dos Serviços Prestados	(2.670,7)	(2.653,7)	0,6	(2.500,3)	6,8
Interconexão	(1.068,8)	(1.140,8)	(6,3)	(1.103,6)	(3,2)
Impostos, taxas e contribuições	(512,8)	(482,4)	6,3	(408,2)	25,6
Serviços de terceiros	(760,2)	(736,7)	3,2	(730,6)	4,1
Outros	(329,0)	(293,8)	12,0	(257,9)	27,6
Custo das Mercadorias Vendidas	(424,0)	(434,2)	(2,3)	(475,0)	(10,7)
Despesas de Comercialização dos Serviços	(1.573,6)	(1.576,0)	(0,2)	(1.426,0)	10,3
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(181,9)	(137,5)	32,3	(143,5)	26,7
Serviços de terceiros	(1.264,0)	(1.291,2)	(2,1)	(1.167,6)	8,3
Outros	(127,7)	(147,4)	(13,4)	(114,9)	11,1
Despesas Gerais e Administrativas	(268,0)	(352,2)	(23,9)	(219,9)	21,9
Serviços de terceiros	(206,9)	(260,4)	(20,5)	(168,0)	23,1
Outros	(61,1)	(91,8)	(33,4)	(51,9)	17,7
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas	183,0	318,0	n.d.	(16,0)	n.d.
Ganho (perda) com investimentos	-	-	n.d.	0,8	n.d.



O total dos custos operacionais apresentou uma evolução anual de 5,6% totalizando R\$5.467,0 milhões no trimestre, excluindo os gastos com depreciação e amortização. Esse aumento deveu-se principalmente aos gastos relacionados à integração operacional da Companhia e à maior atividade comercial, compensados parcialmente pela venda de ativos não estratégicos no período.

O **custo dos serviços prestados** no 1T12 foi 6,8% maior que o do 1T11, principalmente em função da maior quantidade de clientes e maior base de receitas que acarretaram em aumento de gastos com Fistel, Fust e Funtel, além da maior despesa de aluguéis devido a uma expansão anual superior a 100% na quantidade de municípios cobertos pela tecnologia 3G. Adicionalmente, o custo de conteúdo de TV por assinatura contribuiu para o crescimento do custo dos serviços prestados no período. Quando comparado ao 4T11 apresentamos aumento de 0,6%, relativo ao maior gasto com impostos, serviços de terceiros e outros, compensado pela redução de custos de interconexão decorrente da redução de VUM.

O **custo das mercadorias vendidas** no 1T12 recuou 10,7% e 2,3% quando comparado ao 1T11 e ao 4T11, respectivamente. O desempenho no 1T12 decorre da maior participação nas vendas de *simcards* avulsos, impulsionado pela implantação da frequência de 1800 Mhz.

Comentário do Desempenho

No 1T12 em comparação com o 1T11, houve aumento de 10,3% nas **despesas de comercialização dos serviços**, decorrente do aumento dos gastos com *call center* em função de reajuste por inflação no período. Adicionalmente, houve aumento dos valores de comissão de vendas, em função do incremento do parque e das adições brutas.

A **Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)** no 1T12 fechou em R\$181,9 milhões, correspondendo a 1,5% da receita bruta total, superior ao 1,2% e ao 1,1% apresentados no 1T11 e 4T11, respectivamente. Esse aumento se deve a um maior nível de inadimplência no mercado e está concentrado em pessoa física, em função do alto crescimento de clientes nos planos pós-pago e controle. Esperamos manter os níveis de inadimplência controlados através do aprimoramento contínuo da concessão do crédito e o rígido controle sobre as ações de cobrança.

As **despesas gerais e administrativas** cresceram 21,9% no 1T12 quando comparadas ao 1T11 e recuaram 23,9% em relação ao 4T11. Essas variações estão relacionadas principalmente ao custo incremental relacionado à otimização de facilidades para a estrutura integrada, início da operação do novo data center e com serviços de terceiros, sobretudo contratos de manutenção, ajustados de acordo com a inflação no período.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas apresentaram receita de R\$183,0 milhões no 1T12, devido à venda de ativos não estratégicos (+R\$216,5 milhões), parcialmente compensados por contingências cíveis. Quando comparado ao 4T11 a variação é decorrente do menor volume de venda de ativos não estratégicos.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A rubrica **depreciação e amortização** cresceu 21,6% no ano, em função principalmente do aumento nas despesas com amortização do *goodwill*.

RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

R\$ milhões	Consolidado 1T12	Consolidado 4T11	Combinado Δ%	Combinado 1T11	Δ%
Resultado financeiro líquido	(63,1)	(93,5)	(32,6)	(11,9)	429,9
Receitas Financeiras	336,4	277,1	21,4	242,2	38,8
Juros de Aplicações Financeiras	76,0	80,1	(5,1)	110,4	(31,1)
Variações Monetárias e Cambiais	195,9	150,8	29,9	69,1	183,6
Outras Receitas com Operações Financeiras	64,4	64,7	(0,5)	62,7	2,6
(-) Pis e Cofins	-	(18,5)	n.d.	-	n.d.
Despesas Financeiras	(399,4)	(370,6)	7,8	(254,1)	57,2
Despesas Financeiras	(222,0)	(269,8)	(17,7)	(185,0)	20,0
Variações Monetárias e Cambiais	(177,4)	(100,8)	75,9	(71,5)	147,9
Outras Despesas com Operações Financeiras	-	-	n.d.	2,4	n.d.

No 1T12, as **despesas financeiras líquidas** aumentaram R\$51,2 milhões quando comparadas com o 1T11, em decorrência do maior nível de endividamento líquido e menor remuneração das aplicações financeiras.

CAPEX

CAPEX

R\$ milhões	Consolidado 1T12	Consolidado 4T11	Combinado 1T11
Rede	903,7	1.434,5	480,4
Tecnologia/Sist. Informação	82,5	258,5	137,7
Produtos e Serviços, Canais, Administrativo e outros	178,4	259,6	94,7
Total	1.164,6	1.952,6	712,9

Comentário do Desempenho

O **Capex** de R\$1.164,6 milhões no 1T12 é 63,4% superior ao registrado no 1T11 devido aos investimentos na ampliação da capacidade e qualidade da rede e ampliação da cobertura 3G. No trimestre, o Capex atinge 14,3% da receita líquida vs. 9,2% no 1T11, em função da maior agilidade na execução dos projetos de investimento no período.

Endividamento

A Companhia encerrou o 1T12 com uma **dívida bruta** de R\$5.928,0 milhões, sendo 19,9% denominada em moeda estrangeira. A queda de 4,4% em relação ao 4T11 está relacionada às amortizações de principal de dívidas com o BNDES e o BNB.

A **dívida líquida** atingiu R\$2.657,9 milhões ao final do 1T12, representando, no acumulado dos resultados dos últimos 12 meses. Em relação ao 4T11, a dívida líquida registra uma redução de 16,0%, explicada principalmente pela geração de caixa da Companhia. A exposição cambial da dívida está 100% coberta por operações de proteção cambial (*hedge*).

Os dados não financeiros, tais como: base de clientes, ativações brutas, volume médio de recargas, market share, cumprimento de metas de qualidade determinadas pela ANATEL, premiações recebidas e cotações, entre outros, não foram objeto de revisão por nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

Telefônica Brasil S. A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
Em 31 de março de 2012
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL**a. Controle acionário**

A Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), tem sua sede à Rua Martiniano de Carvalho, 851, na capital do Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia pertence ao Grupo Telefônica, líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Telefônica S.A., empresa holding do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, excluindo ações em tesouraria, de 73,81%, sendo 91,76% das ações ordinárias e 64,60% das ações preferenciais.

b. Operações

A Companhia atua principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa no Estado de São Paulo e telefonia móvel em todo o território nacional, através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e autorizações, respectivamente. A Companhia e suas controladas também possuem autorizações para a prestação de outros serviços de telecomunicações, tais como comunicação de dados, internet em banda larga (prestado sob a marca *Speedy* e *Ajato*), serviços de telefonia móvel (Serviço Móvel Pessoal – SMP) e os serviços de TV por assinatura, sendo (i) via satélite em todo país (*Telefônica TV Digital*) e (ii) pela tecnologia MMDS nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral das Telecomunicações (LGT), que foi alterada pela Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000 (notas 1.b.1 e 1.b.2 adiante).

As autorizações de uso das frequências de 2,5GHz associadas ao serviço de TV por assinatura via MMDS foram prorrogadas em 16 de fevereiro de 2009 e permanecerão em vigor até 2024.

b.1. Contrato de Concessão do STFC

A Companhia é concessionária do STFC para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da região 3, que compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no Plano Geral de Outorgas (PGO/2008).

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia, firmado em 30 de junho de 2011, entrou em vigor em 1º de julho de 2011, outorgado a título oneroso e tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de alterações em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2020. Esta condição permite a ANATEL estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e qualidade tendo em vista as situações vigentes à época.

Notas Explicativas

O Contrato de Concessão prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 31 de março de 2012, o saldo residual dos bens reversíveis é estimado em R\$6.689.939 (R\$6.698.899 em 31 de dezembro de 2011), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

De acordo com o contrato de concessão, a cada dois anos, durante os vinte anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% (dois por cento) da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes. Em abril de 2011 foi pago o valor de R\$186.852 com base nas receitas de 2010.

b.2. Autorizações e frequências relativas aos serviços de telefonia móvel

Os negócios da Vivo S.A. ("VIVO"), incluindo os serviços que podem prover, também são regulados pela ANATEL. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

As autorizações de frequências concedidas pela ANATEL para prestação de telefonia móvel são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% (dois por cento) de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos.

A Vivo explora serviços de telefonia móvel celular (Serviço Móvel Pessoal – SMP), incluindo as atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas.

c. Negociação das ações em bolsas de valores

c.1) Ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa)

Em 21 de setembro de 1998, a Companhia iniciou a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&F Bovespa), sob os códigos de negociação TLPP3 e TLPP4, para as ações ordinárias e preferenciais.

Em AGE de 3 de outubro de 2011 da Vivo Participações S.A. (Vivo Part.) e Telecomunicações de São Paulo S. A. (Telesp), foi aprovada a incorporação da Vivo Part. pela Telesp que, na mesma data, alterou a sua denominação social para Telefônica Brasil S.A., modificando, também, em 6 de outubro de 2011 os códigos de negociação para VIVT3 e VIVT4 para as ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, e código de pregão para Telefônica Brasil (vide nota 3).

Notas Explicativas

c.2) Ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE)

Em 16 de novembro de 1998, a Companhia iniciou processo de negociação de ADRs na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), que atualmente possui as seguintes principais características:

- Espécie das ações: preferenciais.
- Cada ADR representa 1 (uma) ação preferencial.
- As ações são negociadas sob a forma de ADRs com o código "VIV", na Bolsa de Valores de Nova York.
- Banco depositário no exterior: *The Bank of New York*.
- Banco custodiante no Brasil: Banco Itaú S.A.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais consolidadas (ITRs) encerradas em 31 de março de 2012 são apresentadas pela Companhia de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76 com as alterações da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 3 de maio de 2012, autorizou emissão destas informações trimestrais.

As presentes informações trimestrais foram elaboradas segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, descritos a seguir:

- Alterações ao IAS 12, *Imposto de Renda – Recuperação de Ativos Subjacentes*
Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda.
O Grupo Telefônica optou por não avaliar as propriedades de investimento pelo método do valor justo na adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, pelo que esta alteração não é aplicável.

- Alterações IFRS 7, *Instrumentos Financeiros: Divulgações – Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas* -

Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das informações compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados.

Notas Explicativas

Esta emenda entrou em vigor para os períodos anuais iniciados em ou a partir de 1º de julho de 2011 e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC e deliberação pela CVM para as companhias abertas. Atualmente esta emenda encontra-se em Audiência Pública no CPC.

Cabe mencionar que esta emenda em questão afeta apenas as divulgações, porém atualmente não é aplicável à Companhia, e não tem impacto sobre seu desempenho ou sua situação financeira.

Novas IFRS e Interpretações do Comitê de Interpretações IFRS (International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC) ainda não em vigor em 31 de março de 2012.

Na data de elaboração destas ITRs, os seguintes IFRS, Alterações e Interpretações do IFRIC haviam sido publicados, porém não eram de aplicação obrigatória:

Normas e Alterações de Normas		Aplicação obrigatória: exercícios iniciados a partir de
Alterações ao IAS 1	<i>Apresentação das contas de outros resultados abrangentes</i>	1º de julho de 2012
IFRS 9	<i>Instrumentos financeiros</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 10	<i>Demonstrações Contábeis Consolidadas</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	<i>Acordos em Conjunto</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	<i>Divulgação de Participações em Outras Entidades</i>	1º de janeiro de 2013
IFRS 13	<i>Mensuração a Valor Justo</i>	1º de janeiro de 2013
IAS 19 revisado	<i>Benefícios a empregados</i>	1º de janeiro de 2013
IAS 27 revisado	<i>Demonstrações Contábeis Separadas</i>	1º de janeiro de 2013
IAS 28 revisado	<i>Investimentos em Coligadas e em Controladas em Conjunto</i>	1º de janeiro de 2013
Alterações IFRS 7	<i>Divulgação – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros</i>	1º de janeiro de 2013
Alterações IAS 32	<i>Compensação de Ativos e Passivos Financeiros</i>	1º de janeiro de 2014

A Companhia está atualmente analisando o impacto da aplicação destas normas, alterações e interpretações. Baseando-se nas análises preliminares realizadas até a data, a Companhia estima que sua aplicação não terá um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas no período de aplicação inicial. Não obstante, mudanças introduzidas pelo IFRS 9 afetarão a apresentação dos ativos financeiros e transações com os mesmos que ocorram a partir de 1º de janeiro de 2015.

2.1 Informações comparativas

As presentes ITRs comparam os trimestres encerrados em 31 de março de 2012 e 2011, exceto em relação aos balanços patrimoniais que comparam as posições em 31 de março de 2012 com 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

O quadro a seguir apresenta a relação das empresas controladas, direta e indiretamente, pela Companhia e o percentual de participação no capital total:

Controladas	Mar/2012	Dez/2011
Vivo S.A (1)	100%	100%
Telefônica Data S.A.	100%	100%
A.Telecom S.A.	100%	100%
Telefônica Sistema de Televisão S.A.	100%	100%
Ajato Telecomunicações Ltda.	100%	100%
GTR Participações e Empreend. S.A. (2)	66,67%	66,67%
TVA Sul Paraná S.A. (2)	91,50%	91,50%
Lemontree S.A. (2)	83,00%	83,00%
Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (2)	93,19%	93,19%
Aliança Atlântica Holding B.V.(3)	50%	50%
Companhia AIX de Participações (3)	50%	50%
Companhia ACT de Participações (3)	50%	50%

(1) consolidada integralmente a partir de abril de 2011 (Notas 1."e" e 3).

(2) consolidada integralmente a partir de janeiro de 2011.

(3) controlada em conjunto.

Os principais acontecimentos e as principais variações no âmbito de consolidação que, por sua relevância devem ser consideradas para a análise das informações consolidadas do trimestre findo em 31 de março de 2012 são apresentados a seguir:

a) Aquisição da Vivo Participações S.A. pela Companhia

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 27 de abril de 2011, foi aprovado, por unanimidade de votos, o Protocolo de Incorporação de Ações e Instrumento de Justificação celebrado entre a Companhia e a Vivo Part., tendo cada ação da Vivo Part. sido substituída por 1,55 ações da Companhia. Em função desta incorporação de ações, o capital da Companhia foi aumentado em R\$31.222.630.

b) Concentração das Autorizações do SMP e Incorporação da Vivo Participações S.A.

Em reunião do Conselho de Administração da subsidiária Vivo Part., realizada em 14 de junho de 2011, foi aprovada a proposta para a concentração das autorizações para a prestação de serviços de SMP (até então detidas pela Vivo Part. no estado de Minas Gerais e pela Vivo nos outros estados do Brasil), unificando assim as operações e os Termos de Autorização para a exploração do SMP na Vivo.

A forma proposta para viabilizar esta reestruturação societária foi a conferência em 1º de outubro de 2011 dos bens, direitos e obrigações relacionados com a operação de serviços SMP em Minas Gerais pela Vivo Part. para a Vivo (operadora móvel do grupo que detinha as autorizações do SMP nos demais estados do Brasil). Realizada essa conferência, a Vivo Part. passou à situação de *holding*.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 6.404/76, foi contratada uma empresa especializada para a elaboração do laudo de avaliação de parte do acervo patrimonial da Vivo Part. correspondente às operações do SMP no Estado de Minas Gerais que foi conferido ao patrimônio da Vivo e do acervo patrimonial da Vivo Part. para a incorporação pela Companhia.

Notas Explicativas

Devido à Vivo Part. ser subsidiária integral da Companhia desde 27 de abril de 2011, cujo patrimônio já continha o investimento nas ações da Vivo, a incorporação: i) não acarretou aumento de capital da Companhia; ii) não houve a substituição de ações detidas por acionistas não-controladores da Vivo Part. por ações da Companhia; e iii) não houve necessidade da elaboração de laudo de avaliação de patrimônio líquido a preços de mercado para cálculo de relação de substituição das ações, pois não havia acionistas não-controladores a serem protegidos.

Desse modo, nos termos do artigo 226, parágrafos I e II da Lei nº 6.404/76, as ações detidas pela Companhia no acervo patrimonial da Vivo Part. foram extintas. Com a conclusão da reestruturação societária, a Vivo Part. foi incorporada pela Companhia em 3 de outubro de 2011 e a Vivo passou a ser subsidiária integral da Companhia, simplificando e racionalizando a estrutura de custos das empresas envolvidas.

As ITRs consolidadas da Companhia incluem os resultados da Vivo Part. (incorporada pela Companhia em 3 de outubro de 2011) e Vivo desde 1º de abril de 2011. A Vivo Part. e Vivo foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia pelo método de consolidação integral.

c) Consolidação das empresas TVA

A partir de 1º de junho de 2011, a Companhia passou a incluir as empresas GTR Participações e Empreendimentos S.A., TVA Sul Paraná S.A., Lemontree Participações S.A. e Comercial Cabo TV São Paulo S.A. em suas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de consolidação integral. Anteriormente, essas empresas eram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia pelo método de equivalência patrimonial.

d) Aquisição de ações da Lemontree Participações S.A.

Em 29 de setembro de 2011, a Companhia adquiriu 68.533.233 ações ordinárias, que representam 49% desta classe de ações da Lemontree Participações S.A e que por sua vez é detentora de 80,1% das ações ordinárias da Comercial Cabo TV São Paulo S.A., sociedade operadora de serviços de televisão a cabo no Estado de São Paulo. Assim, a Companhia passa a ter 83% de participação na Lemontree Participações S.A. e 93,19% na Comercial Cabo TV São Paulo S.A.. Esta operação foi considerada como aquisição de acionistas não controladores para fins de apresentação e mensuração nas presentes demonstrações contábeis.

3. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS - AQUISIÇÃO DA VIVO PARTICIPAÇÕES S.A. (VIVO PART.)

Exercício de 2011

Conforme descrito na nota 2.a), em 27 de abril de 2011, as assembleias de acionistas da Companhia e da Vivo Part. aprovaram a aquisição de 100% das ações desta última pela Companhia, tendo cada ação da Vivo Part. sido substituída por 1,55 ações da Companhia. Esta operação foi contabilizada utilizando o método de aquisição.

Notas Explicativas

A seguir são apresentados o valor justo, o ágio e o custo da participação preliminar na data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos da Vivo Part. na data de aquisição:

Em R\$ mil (Informações preliminares)	Vivo Part
	Valor justo
Ativo circulante	7.244.124
Ativo não circulante	28.134.683
Ativo fiscal diferido líquido ⁽²⁾	417.883
Outros ativos não circulantes	2.385.177
Imobilizado	6.198.358
Ativo Intangível ⁽¹⁾	19.133.265
Passivo circulante	(7.964.209)
Passivo não circulante	(5.352.456)
Outros passivos não circulantes ⁽³⁾	(5.352.456)
Valor dos ativos líquidos	22.062.142
Custo da participação	31.222.630
Ágio na operação	9.160.488

(1) Inclui a alocação do valor justo atribuído a licenças (R\$12.876.000), à marca (R\$1.642.000) e a carteira de clientes (R\$2.042.000). A Companhia não considera dedutível para fins fiscais a marca e a carteira de clientes.

(2) Inclui o reconhecimento do imposto de renda diferido sobre (1) e (3).

(3) Inclui a alocação do valor justo atribuído ao passivo contingente de R\$283.000.

O valor justo do contas a receber de mercadorias vendidas e serviços prestados é de R\$2.809.561. O montante bruto é de R\$3.027.732. Sobre o montante bruto do contas a receber de mercadorias vendidas e serviços prestados foi constituída provisão de R\$218.171 para redução ao valor recuperável, o qual se espera o recebimento do montante líquido desta provisão.

De acordo com o IFRS 3(R) *Combinação de Negócios*, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos para liquidar a obrigação, desde que seja uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo possa ser mensurado com confiabilidade. Atendendo-se os requerimentos anteriores foi reconhecido nesta aquisição passivos contingentes a valor justo de R\$283.000, os quais foram determinados com base na saída de caixa estimada para sua liquidação na data de aquisição (vide nota 19).

Análise do fluxo de caixa na aquisição:	R\$ mil
Custos de transação na aquisição (incluído em caixa gerado nas operações)	(9.066)
Caixa e equivalentes a caixa na companhia adquirida (incluído em caixa nas atividades de investimento)	1.982.898
Saída líquida de caixa e equivalentes a caixa na aquisição	1.973.832

Notas Explicativas

Os custos incorridos na transação foram de R\$9.066 e lançados no resultado, em outras despesas operacionais.

A seguir é apresentada, apenas com propósitos ilustrativos, uma demonstração de resultado combinado não auditado e/ou revisado, da Companhia e da adquirida, Vivo Part., caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011, sem contemplar os efeitos contábeis da alocação do preço de compra (PPA) retroativo a esta data. Esta demonstração não pretende representar os resultados reais das operações da Companhia caso a reestruturação tivesse ocorrido na data especificada, nem deve ser utilizada para projetar resultados das operações da Companhia de qualquer data ou período futuro.

Para o exercício findo em 31 de Março de 2011 (não auditado/não revisado)

	Telefônica Brasil Consolidado para o exercício findo em 31 de março de 2011	Vivo Consolidado para o período de três meses findo em 31 de março de 2011	Eliminação (b)	Telefônica Brasil Combinado
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	3.974.696	4.852.749	(809.940)	8.017.505
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas (a)	(2.404.009)	(2.276.981)	773.395	(3.907.595)
LUCRO BRUTO	1.570.687	2.575.768	(36.545)	4.109.910
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(917.136)	(1.470.292)	36.545	(2.350.883)
Comercialização dos serviços (a)	(775.188)	(1.120.930)	36.545	(1.859.573)
Despesas gerais e administrativas (a)	(170.259)	(310.416)	-	(480.675)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	28.311	(38.946)	-	(10.635)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	653.551	1.105.476	-	1.759.027
Resultado financeiro líquido	27.892	(39.794)	-	(11.902)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS	681.443	1.065.682	-	1.747.125
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(263.105)	(355.476)	-	(618.581)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO (c)	418.338	710.206	-	1.128.544

(a) Inclui despesa de depreciação e amortização no montante total de R\$1.084.368.

(b) Inclui principalmente receitas e custos com interconexão.

(c) O lucro líquido combinado seria de R\$997.077 em março de 2011, caso tivessem sido incluídos os efeitos de amortização de intangíveis nos primeiros 3 meses de 2011 (R\$199.193), líquidos de impostos sobre a renda diferidos de R\$67.726.

Notas Explicativas**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011	Mar/2012	Dez/2011
Caixa e contas bancárias	1.361	17.969	30.020	77.404
Aplicações financeiras	875.941	808.933	3.147.326	2.862.938
Total	877.302	826.902	3.177.346	2.940.342

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a CDBs, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER DE SERVIÇOS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011	Mar/2012	Dez/2011
Valores faturados	1.776.296	1.742.090	3.440.041	3.461.465
Valores a receber de interconexão	206.620	210.668	869.284	930.178
Valores a faturar	891.722	941.614	1.778.647	1.855.801
Contas a receber bruto	2.874.638	2.894.372	6.087.972	6.247.444
Provisão para redução ao valor recuperável	(607.625)	(607.736)	(1.103.978)	(1.056.729)
Total	2.267.013	2.286.636	4.983.994	5.190.715
A vencer	1.597.582	1.653.269	3.806.059	4.103.377
Vencidas – 01 a 30 dias	378.833	371.256	657.887	631.923
Vencidas – 31 a 60 dias	108.642	97.504	225.954	204.775
Vencidas – 61 a 90 dias	51.053	46.932	130.978	115.125
Vencidas – 91 a 120 dias	22.354	24.188	53.546	49.815
Vencidas – mais de 120 dias	108.549	93.487	109.570	85.700
Total	2.267.013	2.286.636	4.983.994	5.190.715
Circulante	2.267.013	2.286.636	4.901.347	5.105.860
Não circulante	-	-	82.647	84.855

Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável

	Controladora	Consolidado
	Mar/2012	Mar/2012
Saldo inicial	(607.736)	(1.056.729)
Provisão debitada às despesas de comercialização de serviços (Nota 25)	(77.944)	(181.860)
Baixas	78.055	134.611
Saldo final	(607.625)	(1.103.978)

A controlada A.Telecom possui o produto “Posto Informático” que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, os montantes relacionados a este produto foram classificados nas demonstrações contábeis de 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 como “Arrendamento Mercantil Financeiro”.

Notas Explicativas

O saldo consolidado do contas a receber de 31 de março de 2012 e 31 de dezembro 2011 contempla os seguintes efeitos:

	Mar/2012	Dez/2011
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	261.261	261.933
Receita financeira não realizada	7.895	8.941
Investimento bruto no arrendamento mercantil a receber	269.156	270.874
Provisão para redução ao valor recuperável	(76.240)	(69.375)
Total dos valores a receber líquidos	192.916	201.499
Circulante	110.269	116.644
Não circulante	82.647	84.855

Cronograma de vencimentos em 31 de março de 2012:

Ano	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	178.614	178.614
A vencer até cinco anos	90.542	82.647
Total	269.156	261.261

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

6. MATERIAIS DE ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011	Mar/2012	Dez/2011
Materiais para consumo	52.731	54.124	84.037	94.547
Materiais para revenda (*)	7.030	7.030	411.604	435.032
Outros estoques	6.960	6.333	7.283	6.468
Provisão para redução ao valor realizável e provisão para obsolescência	(29.727)	(35.651)	(68.202)	(64.326)
Total circulante	36.994	31.836	434.722	471.721

(*) Contempla, entre outros, estoque de aparelhos celulares, equipamentos de informática e *simcard* (chip).

A seguir, demonstramos a movimentação da provisão para redução ao valor realizável e para obsolescência:

	Controladora	Consolidado
	Mar/2012	Mar/2012
Saldo inicial	(35.651)	(64.326)
Adições	(2.444)	(13.903)
Reversões	8.368	10.027
Saldo final	(29.727)	(68.202)

Notas Explicativas**7. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR****7.1 Tributos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011	Mar/2012	Dez/2011
Impostos e contribuições retidos na fonte	86.146	106.072	139.768	152.919
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	820.364	1.051.864	905.876	1.143.988
ICMS (*)	392.480	422.679	1.669.723	1.665.896
ICMS convênio 39/Portaria CAT 06	263.463	284.959	286.336	307.832
PIS e COFINS	39.901	43.898	184.623	210.950
Outros	11.196	9.141	30.476	28.440
Total	1.613.550	1.918.613	3.216.802	3.510.025
Circulante	1.021.601	1.130.761	2.406.472	2.495.066
Não circulante	591.949	787.852	810.330	1.014.959

(*) Refere-se em grande parte a créditos gerados na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses.

Notas Explicativas

7.2 Tributos diferidos

A Companhia e suas controladas constituem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos considerando a existência de lucro tributável nos cinco últimos exercícios sociais e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração em 12 de dezembro de 2011.

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011	Mar/2012	Dez/2011
<u>Ativo diferido</u>				
IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa (a)	75.916	-	290.237	348.576
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias e cíveis	688.168	671.989	849.193	888.297
Planos de benefícios pós-emprego	100.688	98.833	100.688	98.833
Provisão para redução ao valor recuperável	93.013	97.466	187.254	178.433
Provisão para perda de modens e outros	8.453	8.745	8.453	8.745
Participação nos resultados	18.928	43.368	37.630	82.564
Depreciação acelerada	110.200	101.668	441.060	433.512
Provisão para redução ao valor realizável dos estoques	10.107	12.121	15.991	17.542
Provisão para programa de fidelização	-	-	23.399	23.399
Operações com derivativos	37.352	37.352	69.387	69.387
Crédito fiscal incorporado (b)	18.922	22.076	37.586	46.962
Outras provisões	129.087	129.087	324.118	354.916
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	130.870	99.143	409.003	308.462
	<u>1.421.704</u>	<u>1.321.848</u>	<u>2.793.999</u>	<u>2.859.628</u>
<u>Passivo diferido</u>				
Lei da Inovação tecnológica	(221.478)	(224.254)	(329.327)	(333.156)
Variação cambial	(16.877)	(14.742)	(16.877)	(14.742)
Crédito fiscal incorporado (b)	(220.005)	(207.668)	(220.005)	(207.668)
Carteira de clientes	(609.768)	(630.896)	(609.768)	(630.896)
Marcas e patentes	(529.650)	(536.808)	(529.650)	(536.808)
Licença	(159.951)	(79.976)	(159.951)	(79.976)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(280.253)	(258.695)	(280.253)	(258.695)
Ágios da Vivo Participações S.A.	(106.748)	(53.374)	(106.748)	(53.374)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	<u>(111.568)</u>	<u>(104.389)</u>	<u>(111.568)</u>	<u>(104.389)</u>
	<u>(2.256.298)</u>	<u>(2.110.802)</u>	<u>(2.364.147)</u>	<u>(2.219.704)</u>
Total do ativo (passivo) líquido não circulante	<u>(834.594)</u>	<u>(788.954)</u>	<u>429.852</u>	<u>639.924</u>

- a) Prejuízo fiscal e base negativa: representa o montante registrado, pela Companhia e suas controladas, que conforme a legislação tributária brasileira poderá ser compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição. As controladas Telefônica Data S.A. e Telefônica Sistema de Televisão S.A. não contabilizaram o potencial crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos que seriam gerados pela utilização de seus prejuízos fiscais e bases negativas no montante de R\$13.779 em 31 de março de 2012, tendo em vista as incertezas, nesse momento, quanto à capacidade dessas controladas de gerar resultados tributáveis futuros suficientes que assegurem realização desses tributos diferidos.

Notas Explicativas

A seguir, demonstramos os montantes dos créditos fiscais pela Companhia e suas controladas decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa reconhecidos e não reconhecidos. Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2012, não ocorreu nenhuma mudança significativa nos negócios da Companhia e suas controladas que indicasse a necessidade de provisão para perdas dos referidos créditos tributários.

	Controladora		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31/03/2012	220.726	230.384	451.110
Crédito fiscal (25% + 9%)	55.181	20.735	75.916
Crédito fiscal reconhecido	55.181	20.735	75.916

	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31/03/2012	901.804	863.003	1.764.807
Crédito fiscal (25% + 9%)	225.451	78.565	304.016
Crédito fiscal reconhecido	215.338	74.899	290.237
Crédito fiscal não reconhecido	10.113	3.666	13.779

	Consolidado		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Base do prejuízo fiscal e base negativa em 31/12/2011	1.195.277	1.154.399	2.349.676
Crédito fiscal (25% + 9%)	298.819	103.896	402.715
Crédito fiscal reconhecido	259.011	89.565	348.576
Crédito fiscal não reconhecido	39.808	14.331	54.139

- b) Crédito fiscal incorporado: representado pelos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.

Notas Explicativas

A movimentação do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas e realizações	Saldo em 31/03/2012
Ativo Diferido				
Prejuízo fiscal	-	75.916	-	75.916
Ativos diferidos	1.321.848	58.293	(34.353)	1.345.788
Total	1.321.848	134.209	(34.353)	1.421.704

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas e realizações	Saldo em 31/03/2012
Ativo Diferido				
Prejuízo fiscal	348.576	75.916	(134.255)	290.237
Ativos diferidos	2.511.052	58.292	(65.582)	2.503.762
Total	2.859.628	134.208	(199.837)	2.793.999

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas e realizações	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/03/2012
Passivo Diferido					
Passivo diferido	2.110.802	150.239	(3.749)	(994)	2.256.298
Total	2.110.802	150.239	(3.749)	(994)	2.256.298

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas e realizações	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/03/2012
Passivo Diferido					
Passivo diferido	2.219.704	150.239	(4.802)	(994)	2.364.147
Total	2.219.704	150.239	(4.802)	(994)	2.364.147

Notas Explicativas**8. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

A Companhia e suas controladas possuem depósitos e bloqueios judiciais vinculados a processos cíveis trabalhistas e tributários, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora				Totais
	Natureza				
	Trabalhista	Tributária	Cível	Bloqueio Judicial	
Saldos em não circulante em 31/12/2011	718.060	1.449.211	601.347	47.346	2.815.964
Ingressos	46.062	6.149	28.125	64.116	144.452
Baixas/reversões	(2.096)	(410)	(4.956)	(71.702)	(79.164)
Atualização monetária	10.989	30.099	9.830	-	50.918
Transferências	56	(4.784)	5.000	(272)	-
Saldos em não circulante em 31/03/2012	773.071	1.480.265	639.346	39.488	2.932.170

	Consolidado				Totais
	Natureza				
	Trabalhista	Tributária	Cível	Bloqueio Judicial	
Saldos em 31/12/2011	789.705	1.938.470	715.285	73.205	3.516.665
Ingressos	51.207	106.254	33.055	66.411	256.927
Baixas/reversões	(2.861)	(1.118)	(9.191)	(73.103)	(86.273)
Atualização monetária	11.241	38.317	10.821	-	60.379
Transferências	(218)	(4.454)	4.854	(182)	-
Saldos em 31/03/2012	849.074	2.077.469	754.824	66.331	3.747.698
Circulante	19.628	15.488	61.558	21.802	118.476
Não Circulante	829.446	2.061.981	693.266	44.529	3.629.222

Na nota 19 – Provisões, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram estes depósitos.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante total de R\$2.077.469 (Controladora R\$1.480.265).

Segue uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários consolidados:

- Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A controlada Vivo está envolvida em discussões judiciais que envolvem (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias (Declaração de Créditos e Débitos Tributários Federais – DCTFs); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

Em 31 de março de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$69.557. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

- Contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE)

A Companhia e suas controladas têm questionamentos administrativos e judiciais, visando a afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

Em 31 de março de 2012, o valor depositado totalizava R\$127.019 (Controladora R\$4.907). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL)

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado (Operadoras Fixas) e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal (Operadoras Móveis), a ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio-base, estações móveis e radioenlaces.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia e suas controladas, separadamente, questionam, em âmbito administrativo e judicial, referida taxa.

Em 31 de março de 2012, o valor depositado na controladora totalizava R\$784.039. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

Notas Explicativas

- Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

A Companhia e suas controladas possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: **(a)** não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de Tráfego Sainte (Operadoras Fixas); **(b)** não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio (Operadoras Móveis); **(c)** IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e royalties, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa; e **(d)** débitos referentes a compensações de pagamento a maior de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) não homologadas pela Receita Federal do Brasil e débito de multa de mora exigida em decorrência de pagamento extemporâneo do IRRF efetuado espontaneamente.

Em 31 de março de 2012, o valor total depositado totalizava R\$54.703 (Controladora R\$46.856). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ)

A Companhia e suas controladas possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: **(a)** débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; e **(b)** exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento – débitos do sistema integrado de informações econômico-fiscais (SIEF).

Em 31 de março de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$24.328 (Controladora R\$23.053). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (EBC)

O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) ingressou com mandado de segurança para discutir a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e suas controladas, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

Em 31 de março de 2012, referidos depósitos totalizavam R\$358.241 (Controladora R\$33.089). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (SAT) e Verbas para Terceiros (INSS)

A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de anular lançamento decorrente da cobrança de SAT e verbas de terceiros sobre pagamentos de "Indenização Compensatória por Supressão de Benefícios" em razão da supressão, por Acordo Coletivo de Trabalho de 1996/1997 e 1998/1999.

Em 31 de março de 2012, o saldo dos depósitos judiciais totalizava R\$76.217.

Notas Explicativas

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não recolher os adicionais de 0,5% e 10% de FGTS – (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) instituídos pela Lei Complementar nº 110/2001 incidentes sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela empresa em nome dos empregados).

Em 31 de março de 2012, o valor depositado totalizava R\$63.356. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

- Imposto sobre o Lucro Líquido (ILL)

A Companhia ingressou com mandado de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

Em 31 de março de 2012, o valor total depositado totalizava R\$47.527.

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)

A Companhia e suas controladas ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de: (a) Fixas: não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD) na base de cálculo do FUST e (b) Móveis: não inclusão das receitas de interconexão (ITX) e EILD na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000.

Em 31 de março de 2012, o valor depositado totalizava R\$313.592 (Controladora R\$304.392). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

- Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF)

Em decorrência da incorporação da PTelecom Brasil S.A pela Vivo Part., (incorporada posteriormente pela Controladora), foi absorvido o saldo do depósito judicial, relativo ao mandado de segurança ingressado pela PTelecom Brasil S.A, visando afastar a exigência de CPMF sobre contratos simbólicos e simultâneos de câmbio, exigido pelo Banco Central para conversão de empréstimo externo em investimento.

Em 31 de março de 2012, o valor depositado atualizado totalizava R\$20.462. Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

Notas Explicativas

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: **(a)** ICMS declarado e não pago; **(b)** não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; **(c)** exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; **(d)** ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; **(e)** direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; e **(f)** cartões de ativação para o serviço pré-pago.

Em 31 de março de 2012, o valor total depositado totalizava R\$30.590 (Controladora R\$163). Os valores passivos vinculados a estes depósitos judiciais estão incluídos nas provisões comentadas na nota 19.

- Outros impostos, taxas e contribuições

A Companhia e suas controladas possuíam discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: **(a)** Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre serviços meios; **(b)** Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) não abarcado por isenção; **(c)** taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; **(d)** diferencial de alíquota de SAT (1% para 3% - Seguro Acidente de Trabalho); **(e)** taxa de uso do solo; **(f)** contribuições previdenciárias referente a suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; **(g)** Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL.

Em 31 de março de 2012, o valor depositado totalizava R\$107.838 (Controladora R\$76.204).

9. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011	Mar/2012	Dez/2011
Propaganda e publicidade	4.216	817	148.837	171.566
Taxa Fistel (a)	9.085	-	256.191	-
Alugueis	4.920	8.520	17.649	24.126
Seguros	3.663	6.452	5.787	10.289
Manutenção de <i>software</i>	11.427	13.161	21.138	14.503
Encargos financeiros	-	-	4.623	3.426
Impostos, taxas e contribuições	13.594	326	18.359	974
Outras	4.897	8.429	20.983	30.172
Total circulante	51.802	37.705	493.567	255.056
Propaganda e publicidade	-	-	465	835
Alugueis	14.350	15.202	22.678	19.618
Seguros	682	860	1.391	1.695
Encargos financeiros	-	-	4.945	5.317
Outras	2.488	2.228	8.507	4.673
Total não circulante	17.520	18.290	37.986	32.138

(a) Refere-se aos valores de Taxa de Fiscalização e Funcionamento referentes ao exercício de 2012 que foram pagos em março e serão amortizados até o final do exercício.

Notas Explicativas**10. OUTROS ATIVOS**

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011	Mar/2012	Dez/2011
Adiantamentos a empregados e fornecedores	37.190	47.889	69.676	62.123
Créditos com partes relacionadas (nota 31)	203.153	190.333	36.958	40.285
Subsídio na venda de aparelhos celulares	-	-	29.967	53.408
Crédito com fornecedores	-	7.050	346.799	184.748
Dividendos e juros sobre o capital próprio	172.679	172.679	-	-
Outros ativos	37.321	43.015	71.002	83.248
Total circulante	450.343	460.966	554.402	423.812
Créditos junto a Barramar S.A. (a)	-	-	51.135	52.248
Valores vinculados ao Tesouro Nacional (nota 35)	445	13.819	445	13.819
Superávit plano de pensão	35.929	29.621	36.838	31.210
Créditos com partes relacionadas (nota 31)	35.351	37.068	18.215	20.214
Outros ativos	28.645	28.713	30.477	30.802
Total não circulante	100.370	109.221	137.110	148.293

(a) Referem-se a créditos com a empresa Barramar S.A., registrados na Companhia AIX de Participações, líquidos da provisão para perdas.

11. INVESTIMENTOS

	Dez/2011	Resultado de equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Mar/2012
Participações em controladas (I)	10.001.448	828.464	2.148	10.832.060
Aliança Atlântica Holding B.V.	52.023	90	379	52.492
A. Telecom S.A.	722.857	(6.761)	-	716.096
Companhia AIX de Participações	64.775	419	-	65.194
Companhia ACT de Participações	3	(2)	-	1
Telefônica Data S.A.	198.555	(40.146)	-	158.409
Telefônica Sistemas de Televisão S.A.	213.387	(12.141)	-	201.246
Vivo S.A.	8.685.946	898.236	1.769	9.585.951
GTR Participações e Empreendimentos S.A (b)	2.073	(357)	-	1.716
Lemontree Participações S.A. (b)	19.681	(3.385)	-	16.296
Comercial Cabo TV São Paulo S.A. (b)	35.517	(6.011)	-	29.506
TVA Sul Paraná S.A. (b)	6.631	(1.478)	-	5.153
Ágios(I)	10.208.979	-	-	10.208.979
Outras participações (*) (a) (I) (II)	35.456	-	2.687	38.143
Zon Multimídia – partic. direta	6.737	-	688	7.425
Outros investimentos	28.719	-	1.999	30.718
Total de investimentos controladora (I)	20.245.883	828.464	4.835	21.079.182
Outras participações(a) (II)	2.379	-	242	2.621
Zon Multimídia – partic. indireta	2.379	-	242	2.621
Total de investimentos consolidado(II)	37.835	-	2.929	40.764

(I) Investimentos na controladora

(II) Investimentos consolidados

(a) Os valores de outras participações estão avaliados pelo valor justo.

(b) Consolidadas a partir de 01 de janeiro de 2011 conforme comentado na nota 2.d.

Notas ExplicativasControladas consolidadas proporcionalmente

A Companhia tem participação acionária de 50% nas empresas Aliança Atlântica Holding B.V., Companhia AIX de Participações e Companhia ACT de Participações, as quais são consolidadas proporcionalmente.

A proporção correspondente à Companhia dos ativos, passivos, receitas e despesas das entidades consolidadas proporcionalmente em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro 2011, incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas estão demonstrados abaixo:

	Mar/2012			Dez/2011		
	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica
Ativo circulante	2	5.972	49.882	4	3.501	49.655
Ativo não circulante	-	63.799	2.620	-	65.461	2.378
Passivo circulante	1	2.822	10	1	2.338	10
Passivo não circulante	-	1.755	-	-	1.849	-
Patrimônio líquido	<u>1</u>	<u>65.194</u>	<u>52.492</u>	<u>3</u>	<u>64.775</u>	<u>52.023</u>

	Mar/2012			Mar/2011		
	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica
Receitas	7	6.813	100	8	6.815	173
Despesas	<u>(9)</u>	<u>(6.394)</u>	<u>(10)</u>	<u>(7)</u>	<u>(5.992)</u>	<u>(33)</u>
Lucro Líquido do período	<u>(2)</u>	<u>419</u>	<u>90</u>	<u>1</u>	<u>823</u>	<u>140</u>

Notas Explicativas

12. IMOBILIZADO LÍQUIDO

	Taxa anual de depr. %	Saldo em 31/12/2011	Controladora				Saldo em 31/03/2012
			Adições	Baixas liquidas	Transf. liquidas (b)	Depreciação	
Equipamentos de comutação	10,00	1.241.120	5.336	-	16.686	(62.859)	1.200.283
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 10,00	4.063.916	79.272	-	79.365	(112.695)	4.109.858
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	963.829	157.884	-	(1.904)	(131.556)	988.253
Infraestrutura	4,00 a 12,50	2.646.465	6.433	-	45.497	(68.612)	2.629.783
Outros	10,00 a 20,00	207.994	58	-	-	(14.348)	193.704
Provisões para perda (a)		(17.467)	1.088	-	-	-	(16.379)
Bens e instalações em andamento		585.660	59.673	(6.859)	(140.657)	-	497.817
Total		<u>9.691.517</u>	<u>309.744</u>	<u>(6.859)</u>	<u>(1.013)</u>	<u>(390.070)</u>	<u>9.603.319</u>

	Taxa anual de depr. %	Saldo em 31/12/2011	Consolidado				Saldo em 31/03/2012
			Adições	Baixas liquidas	Transf. liquidas (b)	Depreciação	
Equipamentos de comutação	10,00	1.951.085	16.353	(9.817)	258.590	(106.170)	2.110.041
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 10,00	6.762.835	79.472	-	300.189	(260.846)	6.881.650
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	1.547.053	306.908	(274)	(1.904)	(251.629)	1.600.154
Infraestrutura	4,00 a 12,50	4.619.972	19.015	(24.695)	113.215	(171.744)	4.555.763
Materiais e equip. de televisão	8,00 a 20,00	179.169	9.054	-	-	(32.057)	156.166
Outros	10,00 a 20,00	788.382	31.978	(693)	22.896	(58.620)	783.943
Provisões para perda (a)		(23.435)	(94)	-	-	-	(23.529)
Bens e instalações em andamento		1.328.859	409.621	(6.867)	(697.635)	-	1.033.978
Total		<u>17.153.920</u>	<u>872.307</u>	<u>(42.346)</u>	<u>(4.649)</u>	<u>(881.066)</u>	<u>17.098.166</u>

(a) A Companhia e suas controladas reconheceram provisão para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

(b) Vide transferências realizadas no ativo intangível.

Abaixo seguem os valores de custo e depreciação em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

Mar/2012	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.467.965	(10.267.682)	1.200.283	15.083.539	(12.973.498)	2.110.041
Equipamentos e meios de transmissão	19.961.105	(15.851.247)	4.109.858	29.763.978	(22.882.328)	6.881.650
Equipamentos terminais/Modem	4.794.042	(3.805.789)	988.253	9.137.273	(7.537.119)	1.600.154
Infraestrutura	8.535.559	(5.905.776)	2.629.783	13.154.737	(8.598.974)	4.555.763
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	916.919	(760.753)	156.166
Outros	1.384.515	(1.190.811)	193.704	3.488.200	(2.704.257)	783.943
Provisões para perda	(16.379)	-	(16.379)	(23.529)	-	(23.529)
Bens e instalações em andamento	497.817	-	497.817	1.033.978	-	1.033.978
Total	<u>46.624.624</u>	<u>(37.021.305)</u>	<u>9.603.319</u>	<u>72.555.095</u>	<u>(55.456.929)</u>	<u>17.098.166</u>

Notas Explicativas

Dez/2011	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.445.943	(10.204.823)	1.241.120	15.084.380	(13.133.295)	1.951.085
Equipamentos e meios de transmissão	19.802.238	(15.738.322)	4.063.916	30.051.932	(23.289.097)	6.762.835
Equipamentos terminais/Modem	4.634.852	(3.671.023)	963.829	8.830.900	(7.283.847)	1.547.053
Infraestrutura	8.483.629	(5.837.164)	2.646.465	13.124.946	(8.504.974)	4.619.972
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	907.865	(728.696)	179.169
Outros	1.384.460	(1.176.466)	207.994	3.546.825	(2.758.443)	788.382
Provisões para perda	(17.467)	-	(17.467)	(23.435)	-	(23.435)
Bens e instalações em andamento	585.660	-	585.660	1.328.859	-	1.328.859
Total	46.319.315	(36.627.798)	9.691.517	72.852.272	(55.698.352)	17.153.920

13. INTANGÍVEL LÍQUIDO

	Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011
Ágios	10.225.280	10.225.280
Outros intangíveis	19.676.244	19.828.404
Total	29.901.524	30.053.684

A seguir apresentamos a abertura dos ágios nas referidas datas:

Ágios	Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011
Ajato Telecomunicações Ltda.	149	149
Ágio Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a)	212.058	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693	780.693
Vivo Participações S. A. (d)	7.169.577	7.169.577
Telemig Celular S. A. (e)	133.896	133.896
Telemig Celular Participações S. A. (e)	1.485.172	1.485.172
Global Telecom S. A. (e)	204.762	204.762
Tele Centro Oeste Celular Participações S. A. (e)	150.930	150.930
Ceterp Celular S. A. (e)	16.151	16.151
Total	10.225.280	10.225.280

(a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.

(b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações Ltda. (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.

(c) Ágio gerado na aquisição da TTP (anteriormente Navytreet) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.

(d) Ágio gerado na aquisição da Vivo Participações em abril de 2011.

(e) Ágios oriundos da Vivo Participações, vertidos para a Companhia através da incorporação ocorrida em 2011.

Notas Explicativas

	Taxa anual amort.%	Saldo em 31/12/2011	Controladora			Saldo em 31/03/2012
			Adições	Transferências líquidas	Amortização	
Softwares	20,00	591.725	99.249	1.013	(61.144)	630.843
Carteira de clientes	10,00	1.862.831	-	-	(63.956)	1.798.875
Marcas e patentes	5,00	1.578.846	-	-	(21.051)	1.557.795
Licença	3,60 a 20,00	12.528.000	-	-	(116.000)	12.412.000
Outros	10,00 a 20,00	3.996	-	-	(407)	3.589
Total		<u>16.565.398</u>	<u>99.249</u>	<u>1.013</u>	<u>(262.558)</u>	<u>16.403.102</u>

	Taxa anual amort.%	Saldo em 31/12/2011	Consolidado				Saldo em 31/03/2012
			Adições	Baixas líquidas	Transferências líquidas	Amortização	
Softwares	20,00 a 33,33	1.861.156	146.799	(4)	134.482	(184.498)	1.957.935
Carteira de clientes	9,00 a 15,00	1.862.831	-	-	-	(63.956)	1.798.875
Marcas e Patentes	5,00	1.578.846	-	-	-	(21.051)	1.557.795
Licença	3,60 a 20,00	14.359.981	200	-	-	(165.825)	14.194.356
Fundo de comércio	Conforme prazos contratuais	7.684	-	-	(7.684)	-	-
Outros	10,00 a 20,00	24.467	2.206	-	-	(1.896)	24.777
Softwares em andamento		133.439	142.536	-	(133.469)	-	142.506
Total		<u>19.828.404</u>	<u>291.741</u>	<u>(4)</u>	<u>(6.671)</u>	<u>(437.226)</u>	<u>19.676.244</u>

Mar/2012	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	3.103.985	(2.473.142)	630.843	8.999.204	(7.041.269)	1.957.935
Carteira de clientes	1.990.278	(191.403)	1.798.875	2.114.561	(315.686)	1.798.875
Marcas e Patentes	1.601.408	(43.613)	1.557.795	1.643.511	(85.716)	1.557.795
Licença	12.644.000	(232.000)	12.412.000	15.937.573	(1.743.217)	14.194.356
Fundo de comércio	-	-	-	23.898	(23.898)	-
Outros	187.711	(184.122)	3.589	685.228	(660.451)	24.777
Software em Andamento	-	-	-	142.506	-	142.506
Total	<u>19.527.382</u>	<u>(3.124.280)</u>	<u>16.403.102</u>	<u>29.546.481</u>	<u>(9.870.237)</u>	<u>19.676.244</u>

Dez/2011	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	3.003.719	(2.411.994)	591.725	8.744.914	(6.883.758)	1.861.156
Carteira de clientes	1.990.278	(127.447)	1.862.831	2.114.561	(251.730)	1.862.831
Marcas e Patentes	1.601.408	(22.562)	1.578.846	1.643.511	(64.665)	1.578.846
Licença	12.644.000	(116.000)	12.528.000	15.937.373	(1.577.392)	14.359.981
Fundo de comércio	-	-	-	38.800	(31.116)	7.684
Outros	187.711	(183.715)	3.996	683.021	(658.554)	24.467
Software em Andamento	-	-	-	133.439	-	133.439
Total	<u>19.427.116</u>	<u>(2.861.718)</u>	<u>16.565.398</u>	<u>29.295.619</u>	<u>(9.467.215)</u>	<u>19.828.404</u>

Notas Explicativas**14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS**

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011	Mar/2012	Dez/2011
Salários e honorários	40.489	36.817	69.429	40.651
Encargos e benefícios sociais	106.678	95.222	223.257	223.359
Participação de empregados nos resultados	39.128	112.392	81.316	214.983
Outros	23.869	7	28.869	16.631
Total	210.164	244.438	402.871	495.624

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011	Mar/2012	Dez/2011
Fornecedores diversos	1.722.988	1.931.462	4.733.191	5.384.243
Valores a repassar	59.089	61.694	147.626	146.437
Interconexão / Interligação	372.921	403.831	488.621	521.901
Assistência técnica	-	-	29.108	29.030
Total	2.154.998	2.396.987	5.398.546	6.081.611

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011	Mar/2012	Dez/2011
Tributos sobre a renda				
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	-	-	142.470	129.610
Tributos indiretos	617.185	732.577	1.848.737	1.995.452
ICMS (b)	500.515	588.631	1.471.541	1.585.884
PIS e COFINS	91.790	118.295	283.164	319.981
Fust e Funtel	17.346	18.050	37.068	38.306
Outros	7.534	7.601	56.964	51.281
Total	617.185	732.577	1.991.207	2.125.062
Circulante	585.378	700.187	1.544.445	1.691.991
Não circulante	31.807	32.390	446.762	433.071

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social a pagar estão apresentados líquidos dos recolhimentos por estimativa.

(b) A parcela do não circulante, inclui o valor de R\$394.857 em 31 de março de 2012 referentes ao ICMS - Programa Paraná Mais Emprego, decorrente do convênio com o Governo do Estado do Paraná, e relativo à postergação do pagamento de ICMS. Este Convênio estabelece que o vencimento do ICMS ocorra sempre no 49º mês subsequente àquele em que o ICMS for apurado. Esse valor é atualizado pela variação do Fator de Correção Anual (FCA).

Notas Explicativas**17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES****17.1 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	Controladora				
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Mar/2012 (*)	Dez/2011 (*)
Financiamento - BNDES	URTJLP	TJLP+3,73%	Até 2015	1.230.039	1.327.147
Financiamento - BNDES	URTJLP	TJLP+1,73%	Até 2015	66.566	71.821
Financiamento - BNDES	BRL	5,50%	Até 2021	1.923	1.912
Empréstimo – Mediocrédito	US\$	1,75%	Até 2014	10.964	14.027
Empréstimo – Capital Giro	BRL	108,90% CDI	Até 2012	-	91.570
Empréstimo – Resolução 4131	US\$	4,10%	Até 2013	281.434	282.205
Total controladora				<u>1.590.926</u>	<u>1.788.682</u>
Circulante				418.743	510.899
Não circulante				<u>1.172.183</u>	<u>1.277.783</u>

(*) Valores apresentados ao valor justo, quando aplicável.

	Consolidado				
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Mar/2012 (*)	Dez/2011 (*)
Financiamento – BNDES (a)	URTJLP	TJLP+3,73%	Até 2015	1.230.039	1.327.147
Financiamento – BNDES (a)	URTJLP	TJLP+1,73%	Até 2015	66.566	71.821
Financiamento – BNDES	BRL	5,50%	Até 2021	1.923	1.912
Empréstimo – Mediocrédito	US\$	1,75%	Até 2014	10.964	14.027
Empréstimo – Capital Giro	BRL	108,90% CDI	Até 2012	-	91.570
Empréstimo – Resolução 4131	US\$	4,10%	Até 2013	281.434	282.205
Financiamento – BNDES (b)	URTJLP	TJLP+1,48% a 4,30%	Até 2019	1.564.925	1.659.858
Financiamento – BNDES	UMBND	5,97%	Até 2019	191.218	194.276
Financiamento – BNDES (c)	R\$	4,50% a 5,50%	Até 2020	156.582	135.471
Empréstimos - Banco Europeu de investimentos – BEI	US\$	4,18% a 4,47%	Até 2015	697.668	707.975
Financiamento - Banco do Nordeste do Brasil – BNB	R\$	10,00%	Até 2016	405.035	438.279
Comissão BBVA	-	0,43%	Até 2015	209	221
Financiamento – BNDES (d)	URTJLP	TJLP+5,70%	Até 2016	2.857	2.071
Financiamento – BNDES (d)	URTJLP	TJLP+9,70%	Até 2016	2.357	2.341
Financiamento - BNDES PSI (c)	R\$	5,50% e 8,70%	Até 2016	23.025	17.628
Financiamento - Leasing	R\$	14,70%	2013	638	726
Total consolidado				<u>4.635.440</u>	<u>4.947.528</u>
Circulante				897.064	988.413
Não circulante				<u>3.738.376</u>	<u>3.959.115</u>

(*) Valores apresentados ao valor justo, quando aplicável.

Notas Explicativas

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

a) Em outubro de 2007 foi aprovado um crédito para a Telefônica Brasil para financiar investimentos de produtos e serviços de produção nacional. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES.

b) Em agosto de 2007, a Vivo contratou junto ao BNDES uma linha de financiamento no valor de R\$1.530.459. Os recursos foram liberados com a finalidade de financiar projetos de investimento para a implantação e ampliação da capacidade de rede móvel em todo território nacional. As liberações de crédito ocorreram parceladamente e, em 31 de dezembro de 2011 não havia mais nenhum crédito disponível para saque. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas desde 15 de setembro 2009, após um período de dois anos de carência.

Em 14 de outubro de 2011 foi contratada, junto ao BNDES, uma linha de financiamento no valor total de R\$3.031.110. Os recursos desta linha serão destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede atual, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

O contrato tem prazo total de oito anos, com um período de carência que vence em 15/07/14 onde serão pagos somente os juros trimestralmente. Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal mensais e sucessivas em 60 prestações.

Como dois dos cinco sub-créditos que constituem esse financiamento têm taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado (TJLP e TJLP + 1,48%), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/ CPC 38, foram efetuadas as seguintes considerações: foi realizado um comparativo entre i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas definidas em contrato; e ii) o valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado resultou em um saldo até 31 de março de 2012 de R\$20.644.

Até 31 de março de 2012 foram liberados R\$1.004.177.

c) Em janeiro de 2010, foi aprovada uma linha de financiamento no valor de até R\$319.927 junto ao BNDES através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). Os recursos estão sendo utilizados em projetos de ampliação da capacidade de rede via aquisição de equipamentos nacionais previamente cadastrados ("finamizáveis") junto ao BNDES, e liberados conforme a comprovação de realização dos investimentos. Até 31 de março de 2012 foram liberados R\$184.489.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (4,5% a 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7. Desta forma, utilizando o método de juros efetivos definido pelo IAS 39/ CPC 38, foram efetuadas as seguintes considerações: foi realizado um comparativo entre i) o valor total da dívida calculada com base nas taxas fixadas em contrato; e ii) o

Notas Explicativas

valor total da dívida calculada com base nas taxas praticadas pelo mercado (valor justo). A subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado resultou em um saldo até 31 de março de 2012 de R\$27.724.

Com o processo de conferência de acervo patrimonial (nota 2.1.b), a Vivo passou a responder pelos contratos de financiamento que antes pertenciam à extinta Vivo Part. (R\$23.899 em 31 de março de 2012 e R\$24.848 em 31 de dezembro de 2011).

d) Em novembro de 2010 e em março de 2011 foram aprovadas linhas de financiamento para a Comercial Cabo TV São Paulo no valor total de R\$40.163 junto ao BNDES. Até 31 de março de 2012 foram liberados R\$31.649 (R\$24.237 em 31 de dezembro de 2011). Esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7, por ter taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), e a subvenção concedida pelo BNDES, ajustada a valor presente, resultou até 31 de março de 2012 em R\$2.957.

Médiocrédito

Empréstimo tomado em 1993 através da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) e Instituto Centrale per il Credito a Médio Termine – Mediocredito Centrale no montante de US\$45.546 com amortizações semestrais vencendo em 2014, destinado a realização de uma rede de telefonia rural via satélite no Estado de Mato Grosso. Há um derivativo contratado para proteger a Telefônica Brasil dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por ser um hedge efetivo, foi adotada a metodologia de *hedge accounting*. Portanto, em 31 de março de 2012 o risco coberto deste instrumento foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

Banco Europeu de Investimentos - BEI

Foi contratada uma linha de financiamento pela Vivo com o BEI no valor €250 milhões (equivalente na contratação à US\$365 milhões). Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato tem prazo total de sete anos, com pagamento do principal em duas prestações, em 19 de dezembro de 2014 e 2 de março de 2015. Os juros são cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. O contrato possui uma operação de *swap* atrelada que transforma o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Banco do Nordeste – BNB

Em 29 de janeiro de 2007, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$247.240. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

Em 30 de outubro de 2008, foi contratada uma linha de financiamento junto ao BNB no valor de R\$389.000. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste. O contrato tem prazo total de dez anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência.

Notas Explicativas**17.2 – DEBÊNTURES**

	Moeda	Encargos	Vencimento	Controladora/Consolidado	
				Mar/2012	Dez/2011
Debêntures (2ª emissão) – Série 2	R\$	106,00% do CDI	Até 2012	355.511	346.470
Debêntures (4ª emissão) – Série 1 e 2	R\$	108,00% a 112,00% do CDI	Até 2013	777.393	756.617
Debêntures (4ª emissão) – Série 3	R\$	IPCA+7,00%	Até 2014	92.275	87.390
Debêntures (1ª emissão) – Telemig	R\$	IPCA+0,50%	Até 2021	69.001	67.935
Custo de emissões	R\$			(1.685)	(1.981)
Total				<u>1.292.495</u>	<u>1.256.431</u>
Circulante				498.564	468.624
Não circulante				<u>793.931</u>	<u>787.807</u>

Captação pela Vivo Part.**2ª Emissão**

No âmbito do primeiro programa de distribuição de valores mobiliários no valor de R\$2 bilhões anunciado em 20 de agosto de 2004, a Vivo Part. emitiu, em 1 de maio de 2005, debêntures relativas à 2ª emissão da Vivo Part., no valor de R\$1 bilhão, com prazo de duração de dez anos, contados da data de emissão em 1 de maio de 2005.

Esta oferta consistiu na emissão em duas séries, sendo R\$200 milhões na primeira série e R\$800 milhões na segunda série com vencimento final em 4 de maio de 2015. As debêntures da primeira série foram resgatadas antecipadamente em 31 de janeiro de 2011 e as da segunda série rendem juros, com pagamentos semestrais correspondentes a 106,0% (segunda série) da acumulação das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, extra grupo (taxas DI), calculadas e divulgadas pela Central de Custódia e Liquidação de Títulos (CETIP S.A.).

Em 29 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, deliberou sobre a aprovação da transferência das debêntures da 2ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

1ª Série

Em 31 de janeiro de 2011 ocorreu o resgate antecipado e integral da 1ª série da 2ª emissão da Vivo Part., totalizando 20.000 debêntures, escriturais, não-conversíveis em ação, da espécie quirografária, com valor nominal de R\$10 (dez mil reais), totalizando R\$200 milhões, cujas características foram aprovadas nas reuniões do Conselho de Administração da Vivo Part. realizadas em 25 de abril de 2005 e 13 de maio de 2005 e a primeira repactuação em 30 de março de 2009.

O resgate foi realizado pelo valor nominal unitário das debêntures, na data da emissão, acrescido: (i) da remuneração devida até a data do pagamento das debêntures resgatadas e (ii) de prêmio percentual calculado sobre o valor nominal unitário das debêntures ("prêmio"), equivalentes ao valor de R\$4,41 (quatro reais e quarenta e um centavos), por debênture, em conformidade com o disposto na cláusula

Notas Explicativas

4.13 do instrumento particular de escritura da 2ª missão de debêntures não conversíveis em ações.

2ª Série

Nas reuniões do Conselho de Administração da Vivo Part. realizadas em 25 de abril de 2005 e 13 de maio de 2005 foram aprovadas as características da 2ª série da 2ª emissão da Vivo Part.

Em 3 de maio de 2010, ocorreu a repactuação das debêntures da 2ª série da 2ª emissão da Vivo Part. de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de maio de 2010. O valor total repactuado foi de R\$340.230 e a Vivo Part. resgatou e cancelou as debêntures dissidentes no valor de R\$459.770. O novo período de vigência é de 24 meses, a contar de 1º de maio de 2010, intervalo de tempo durante o qual permanecerão inalteradas as condições de remuneração ora definidas. Durante esse segundo período de vigência da remuneração (até 1º de maio de 2012), as debêntures da Vivo Part. farão jus a uma remuneração de 106,00% da taxa média dos depósitos interbancários de um dia, denominada taxa DI over extra grupo, calculada de acordo com a fórmula constante à cláusula 4.9 da “escritura de 2ª emissão”. O pagamento da remuneração das debêntures será realizado em 2 de maio de 2012.

4ª Emissão

No dia 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração da Vivo Part. aprovou a 4ª emissão pública, pela Vivo Part., de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R\$810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R\$600 milhões, acrescida de R\$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Foram emitidas 810.000 (oitocentas e dez mil) debêntures em 3 (três) séries, sendo 98.000 debêntures na 1ª série, 640.000 na 2ª série e 72.000 na 3ª série. A quantidade de debêntures alocada em cada uma das séries foi decidida em comum acordo entre a Vivo Part. e o coordenador líder da oferta após a conclusão do procedimento de “Bookbuilding”.

A remuneração para a 1ª série é de 108,00% do CDI, para a 2ª série é de 112,00% do CDI e para a 3ª série, cupom de 7,00% a.a. sobre o valor nominal atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais nas 1ª e 2ª séries e pagamentos anuais na 3ª série.

As repactuações de cada série estão previstas de acordo com o seguinte cronograma: 1ª série em 15 de outubro de 2012, 2ª série em 15 de outubro de 2013 e 3ª série em 15 de outubro de 2014.

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais da Vivo Part. e para reforço do seu capital de giro.

Notas Explicativas

Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 31 de março de 2012 era de R\$1.685, foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão. A taxa efetiva desta emissão, considerando os custos de transação é de 112,13% do CDI.

Em 29 de julho de 2011 a Assembleia Geral de Debenturistas, em primeira convocação, deliberou a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

Em Assembleia Geral de Debenturistas realizada no dia 29 de julho de 2011, ocorreu a deliberação sobre a aprovação da transferência das debêntures da 4ª Distribuição Pública de emissão da Vivo Part. para a Telefônica Brasil sem alteração dos termos e condições, e correspondente aditamento da Escritura para refletir a alteração de titularidade da emissora.

Captação pela Telemig Celular S.A.(Telemig, empresa incorporada pela Vivo Part. em 1 de junho de 2010)

1ª Emissão

Em cumprimento ao Contrato de Prestação de SMP, em conformidade com a Seleção Pública nº 001/07, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, se comprometeu a subscrever debêntures emitidas pela Telemig (empresa incorporada em 1 de junho de 2010), no âmbito do Programa Minas Comunica, utilizando recursos do Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações (FUNDOMIC). Por este Programa, a Telemig viabilizaria o atendimento com o SMP a 134 localidades das áreas de registro 34, 35 e 38.

Ainda de acordo com o programa, seriam emitidas 5.550 debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, em até cinco séries.

Em contrapartida à certificação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do atendimento a 15 localidades, em dezembro de 2007, foram emitidas 621 debêntures na 1ª série da 1ª emissão, no valor de R\$6.210. Em março de 2008, pelo atendimento a 42 localidades, foram emitidas 1.739 debêntures na 2ª série da 1ª emissão, no valor de R\$17.390. Em 31 de dezembro de 2008, pelo atendimento a 77 localidades, foram emitidas 3.190 debêntures na 3ª série da 1ª emissão, no valor de R\$31.900, finalizando assim o programa de atendimento a 134 localidades dentro do Estado de Minas Gerais.

Notas Explicativas**17.3 – CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS**

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos e debêntures em 30 de setembro de 2011 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
2013	1.233.983	1.578.520
2014	491.752	1.102.667
2015	170.155	917.733
2016	68	271.769
2017 em diante	70.156	661.618
Total	<u>1.966.114</u>	<u>4.532.307</u>

17.4 - GARANTIAS

Em 31 de março de 2012, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia e da Vivo, conforme quadro a seguir:

Bancos	Saldo do empréstimo / financiamento	Garantias
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	R\$ 1.564.925 (URTJLP) R\$ 191.218 (UMBND) R\$ 156.582 (Contrato PSI - Vivo)	- Contrato (2007) R\$746.353: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. - Contrato (PSI) R\$156.583: alienação dos ativos financiados. - Contrato (2011) R\$1.005.327: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou 4 (quatro) vezes o valor da maior prestação, o que for superior. - Telefônica Brasil é interveniente garantidora
Banco Europeu de Investimento – BEI	R\$697.668	Risco comercial garantido pelo Banco BBVA Espanha.
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	R\$405.035	- Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco S.A. no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. - Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a 3 (três) parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. - Telefônica Brasil é interveniente fiadora.

Notas Explicativas**18. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR**

A seguir, demonstramos os saldos a pagar de dividendos e juros sobre o capital próprio:

	Controladora/Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011
Telefônica Internacional S.A.	156.589	156.589
SP Telecomunicações Participações Ltda.	126.283	126.283
Telefônica S. A.	129.489	129.489
Compañia de Telecomunicaciones de Chile S. A.	310	310
Acionistas não controladores	557.648	560.315
Total	970.319	972.986

Os saldos de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar aos acionistas não controladores referem-se a valores declarados e ainda não pagos, e a valores ainda não reclamados.

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas, prescrevem em 3 (três) anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida ao patrimônio líquido para posterior distribuição.

19. PROVISÕES

A composição dos saldos das provisões em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são:

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011	Mar/2012	Dez/2011
Provisões para demandas judiciais e administrativas				
Trabalhistas	424.993	425.486	530.130	526.210
Tributárias	1.188.895	1.146.930	1.757.480	1.606.735
Cíveis e regulatório	506.060	490.823	691.203	664.703
Subtotal	2.119.948	2.063.239	2.978.813	2.797.648
Provisão para benefícios pós-emprego	296.141	291.178	314.798	308.893
Passivo contingente (a)	264.226	256.044	264.226	256.044
Provisão para desmobilização	13.470	13.657	184.446	200.813
Total	2.693.785	2.624.118	3.742.283	3.563.398
Circulante	294.028	287.137	430.054	416.313
Não circulante	2.399.757	2.336.981	3.312.229	3.147.085

(a) Decorrente da alocação do ágio gerado na aquisição do controle da Vivo Partici. em 2011.

Notas Explicativas

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e suas controladas, baseadas na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 até 31 de março de 2012:

	Controladora – Mar/2012			
	Natureza			Totais
	Trabalhista	Tributária	Cível	
Saldos em 31/12/2011	425.486	1.146.930	490.823	2.063.239
Ingressos	6.085	16.946	20.520	43.551
Baixas por pagamento	(1.800)	(229)	(9.756)	(11.785)
Baixas por reversão	(8.875)	-	(7.384)	(16.259)
Atualização monetária	4.097	25.248	11.857	41.202
Saldos em 31/03/2012	<u>424.993</u>	<u>1.188.895</u>	<u>506.060</u>	<u>2.119.948</u>
Circulante	38.642	-	255.386	294.028
Não circulante	<u>386.351</u>	<u>1.188.895</u>	<u>250.674</u>	<u>1.825.920</u>

	Consolidado – Mar/2012			
	Natureza			Totais
	Trabalhista	Tributária	Cível	
Saldos em 31/12/2011	526.210	1.606.735	664.703	2.797.648
Ingressos	18.795	117.211	52.121	188.127
Baixas por pagamento	(10.069)	(566)	(31.286)	(41.921)
Baixas por reversão	(9.034)	(7)	(7.403)	(16.444)
Atualização monetária	4.228	34.107	13.068	51.403
Saldos em 31/03/2012	<u>530.130</u>	<u>1.757.480</u>	<u>691.203</u>	<u>2.978.813</u>
Circulante	76.731	24.339	328.984	430.054
Não circulante	<u>453.399</u>	<u>1.733.141</u>	<u>362.219</u>	<u>2.548.759</u>

Notas Explicativas

19.1 Provisões e Contingências Trabalhistas

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011	Mar/2012	Dez/2011
Provável	424.993	425.486	530.130	526.210
Possível	211.706	194.564	422.609	404.262

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (esses alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros, falta de pagamento de horas extraordinárias; equiparação salarial; complementos salariais de aposentadoria; remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados (PAMA), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no Plano Médico dos aposentados. As ações aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referentes à estas Ações Cíveis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

19.2 Provisões e Contingências Tributárias

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011	Mar/2012	Dez/2011
Provável	1.188.895	1.146.930	1.757.480	1.606.735
Possível	6.085.195	6.032.640	12.198.809	11.679.158

Provisões tributárias

Tributos Federais

Em 31 de março de 2012, a Companhia mantinha discussões administrativas e judiciais relativas à **(a)** Contribuições adicionais ao FGTS exigidas pelo INSS sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela empresa em nome dos empregados); **(b)** manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados pela empresa; **(c)** contribuições sociais referente à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais,

Notas Explicativas

faturas e recebidos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão-de-obra; **(d)** CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como royalties; **(e)** Fixas: não inclusão das despesas de interconexão e EILD na base de cálculo do FUST e Móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST; **(f)** contribuição à Empresa Brasil de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; **(g)** TFI/TFF sobre estações móveis; **(h)** IRRF sobre juros sobre capital próprio; **(i)** PPNUM - Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração pela ANATEL instituído pela Resolução nº 451/06; **(j)** IRPJ/PIS/COFINS decorrentes da não homologação de pedidos de compensações/restituição formulados pelas empresas; **(k)** compensação de FINSOCIAL; **(l)** falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; **(m)** COFINS - exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; **(n)** majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; os quais estavam provisionados no montante de R\$1.668.361 (Controladora R\$1.176.839).

Tributos Estaduais

Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, perfazendo o montante de R\$65.544 (Controladora R\$28) que, com base na opinião de seus consultores jurídicos, são classificadas como perda provável, com provisão integral dos valores envolvidos.

Referidas ações versam sobre: **(a)** créditos de ICMS sobre energia elétrica bem como outros créditos de ICMS com ausência de comprovação documental; **(b)** serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; **(c)** glosa do ICMS sobre incentivos fiscais relativos a projetos culturais; e **(d)** multa administrativa ambiental.

Tributos Municipais

Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, que, com base na opinião de seus consultores jurídicos, são classificadas como perda provável, perfazendo o montante de R\$15.785 (Controladora R\$ 12.028) com provisão integral dos valores envolvidos.

Referidas ações versam sobre: **(a)** IPTU; **(b)** ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; **(c)** Taxa de Vigilância, Controle e Fiscalização (TVCF).

Outras Provisões

Em 31 de março de 2012, existiam provisões desvinculadas à demandas, administrativa ou judicial, no montante de R\$ 7.790, que versam sobre ISS referente à efetiva prestação dos serviços de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.

Notas Explicativas

Contingências possíveis

Tributos Federais

Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias, perfazendo o montante de R\$3.503.697 (Controladora R\$1.582.199).

Dentre as ações, destacam-se: **(a)** manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela empresa; **(b)** multa pela distribuição de dividendos com a suposta existência de débitos federais em aberto; **(c)** INSS - contribuição previdenciária sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do "Plano Verão" e "Plano Bresser", SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições ao empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); **(d)** IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como "royalties"; **(e)** PIS incidente sobre *roaming*; **(f)** CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) (compensação via SIAFI) e sobre contratos simbólicos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central; **(g)** IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; **(h)** glosa de custos e despesas diversas; **(i)** deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; **(j)** PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; **(k)** IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; **(l)** IRPJ sobre operações com derivativos; **(m)** Compensação de imposto sobre o lucro líquido; **(n)** IRPJ e CSLL - glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. e ágio decorrente do processo de privatização e reestruturações societárias da Vivo; **(o)** compensação da COFINS, com créditos decorrentes do excedente a 1/3 da própria COFINS

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Tributos Estaduais

Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, perfazendo o montante de R\$4.394.978 (Controladora R\$3.072.702), as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destaca-se: **(a)** sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de modem *Speedy*; **(b)** ligações internacionais (DDI); **(c)** creditamento indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo; **(d)** falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; **(e)** valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; **(f)** prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o estado de São Paulo; **(g)** co-billing, **(h)** substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); **(i)** aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; **(j)** atividades-meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); **(k)** créditos do imposto relativo a impugnações/ contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); **(l)** saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); **(m)** cobrança diferida do ICMS-interconexão (DETRAF - Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços); **(n)** créditos advindos de

Notas Explicativas

benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; **(o)** glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; **(p)** transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; **(q)** créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; **(r)** doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; e **(s)** estorno de crédito decorrente de operação de estorno e comodato.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Tributos Municipais

Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, perfazendo o montante de R\$515.110 (Controladora R\$368.476), as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destaca-se: **(a)** ISS – atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementares; **(b)** ISS retenção na fonte; **(c)** IPTU; **(d)** Taxa de Uso do Solo; **(e)** diversas Taxas Municipais; **(f)** tarifa de Uso da Rede Móvel (TU-M), locação de infraestrutura; **(g)** serviços de publicidade; **(h)** serviços prestados por terceiros; **(i)** serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Internacional (TISA); **(j)** ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

ANATEL

FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações:

Mandados de Segurança impetrado, separadamente, pelas operadoras fixas e móveis para reconhecimento do direito de: Fixas: não inclusão das despesas de interconexão e EILD na base de cálculo do FUST e Móveis: não inclusão das receitas de interconexão na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de março de 2012, o valor total envolvido remontava em R\$1.701.853 (Controladora R\$674.617).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de êxito nesses processos.

Notas Explicativas

FUNTTEL – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas mantinham ações administrativas e judiciais, perfazendo o montante de R\$582.626 (Controladora R\$182.816), as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial.

Referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de êxito nesses processos.

FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado (Operadoras Fixas) e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal (Operadoras Móveis), a ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI. Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia e suas controladas, separadamente, questionam, em âmbito administrativo e judicial, referida taxa. O valor total envolvido remontava em R\$1.498.102 (Controladora R\$ 203.952 com depósito integral).

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

PPNUM - Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração

A Vivo, em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Vivo efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial. O valor total envolvido remontava, em 31 de março de 2012, R\$2.010.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

Contribuição para Fomento da Radiodifusão Pública (EBC)

Em 26 de maio de 2009, o Sinditelebrasil – Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal ingressou com Mandado de Segurança questionando a nova contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada pela Lei nº 11.652/08. Não houve despacho liminar, sendo que as operadoras filiadas ao referido sindicato obtiveram autorização judicial para efetuar o depósito da quantia em discussão. O processo aguarda decisão de 1ª instância judicial.

Em 31 de março de 2012, o valor total envolvido remontava em R\$433, com depósito no montante integral.

Notas Explicativas**19.3 Provisões e Contingências Cíveis**

Grau de Risco	Valor envolvido			
	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011	Mar/2012	Dez/2011
Provável	506.060	490.823	691.203	664.703
Possível	1.586.517	1.429.616	2.158.951	1.978.973

Provisões cíveis**Relevantes**

a) Processos de complementação de ações. Referem-se a ações nas quais a Companhia está envolvida e que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996. Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Considerando o grau de risco provável foi provisionado o valor de R\$27.358.

b) A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas, de natureza relevante que têm por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal; assim como, também, são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio, sendo o total da provisão registrada no montante consolidado de R\$332.200 consolidado (R\$171.750 na controladora).

Massivas**Relações de consumo**

A Companhia também é parte em diversos processos judiciais movidos por consumidores individuais, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais e que, individualmente não são consideradas relevantes, para as quais foram provisionados R\$82.737 tendo como base a análise estatística da média histórica de condenação para esses processos.

ANATEL

Em 31 de março de 2012 a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa, cuja avaliação de perda é provável tendo sido constituída provisão no montante total de R\$248.908 (R\$224.215 na controladora, sendo R\$189.286 referente à provisão dos processos administrativos e R\$34.929 referente à avaliação dos processos administrativos judicializados).

Notas Explicativas

Contingências possíveis

Relevantes

a) Plano Comunitário de Telefonia – PCT: Refere-se ao processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao PCT, que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total envolvido de aproximadamente R\$206.746. Esse processo foi considerado como de risco de perda possível pelos assessores jurídicos. O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para telefonia do município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do recurso.

b) Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da Sistel no Estado de São Paulo – pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (PAMA) e em apertada síntese restabelecimento ao “status quo” anterior. O processo está ainda em fase de instrução processual, pelo que não há decisão judicial em nenhuma instância. O risco atribuído a esses processos pelos assessores legais é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.

c) Ações Cíveis Públicas propostas pela (i) ASTEL – Associação dos Participantes da SISTEL no Estado de São Paulo e pela (ii) FENAPAS - Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação, ambas propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando a anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o “*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*”, que originou diversos planos específicos PBS-espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de superávit técnico e contingência fiscal existentes à época da cisão. O risco atribuído a esses processos pelos assessores legais é possível. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.

d) O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento. Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, após decorrido o prazo de 1 (um) ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$ 60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente à esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

Notas Explicativas

e) A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas, de natureza relevante que têm por objeto direitos relacionados a prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal; assim como, também, são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio em montante total de R\$955.335 no consolidado e R\$391.368 na controladora, onde a análise do grau de risco de perda pelos assessores legais é possível.

f) A Companhia e suas controladas vêm recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do SAC. Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais), nas quais, a análise do grau de risco de perda pelos assessores legais é possível e em montante total de R\$11.659 no consolidado e R\$3.192 na controladora.

g) Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda, empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente a quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

Houve sentença desfavorável para determinar que a Vivo se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (Bina), com multa diária de R\$10.000,00 em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Vivo ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Serão interpostos os recursos cabíveis em face da presente decisão. Acreditamos, com base na opinião de advogados externos, que a probabilidade de um resultado desfavorável é possível. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

h) Validade de plano pré-pago. A Vivo, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são rés em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria. Apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo está em conformidade com as normas da ANATEL, acreditamos, com base na opinião de advogados externos, que a probabilidade de um resultado desfavorável com relação a esta afirmação é possível, exceto para ações coletivas contra a Telemig, para o qual a probabilidade de um resultado desfavorável em relação a esta alegação é considerada remota, também com base na opinião de advogados externos.

Notas Explicativas

ANATEL

i) A Companhia e suas controladas mantêm processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa, com avaliação de risco de perda possível na controladora no montante total de R\$985.211 (sendo R\$984.267 referente à avaliação dos processos administrativos e R\$944 referente à avaliação dos processos judiciais). Neste valor, computa-se o montante de R\$84.868, valor estimado para um PADO que versa sobre interrupções sistêmicas, recebido na Companhia em março de 2012.

Processos Regulatórios

a) Processos administrativos que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP:

De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também, as receitas de interconexão, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Vivo, no âmbito administrativo, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

No entendimento de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de êxito nesses processos.

b) Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91

Trata-se de representação efetuada, no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ("SBDC"), por Global Village Telecom Ltda ("GVT"), Intelig Telecomunicações Ltda ("Intelig"), Transit do Brasil Ltda. e Easytone Telecomunicações Ltda. em 6 de agosto de 2007, contra Claro S.A. ("Claro"), Tim Brasil Serviços e Telecomunicações S.A. ("TIM"), TNL SCS S.A. ("Oi") e Vivo, por supostas práticas de cartel e de *price squeeze*, com o escopo de aumentar a tarifa de VU-M, elevando os custos de empresas concorrentes. Em face da representação, em 21 de agosto de 2008, a Secretaria de Direito Econômico ("SDE") instaurou processo administrativo contra as representadas com o fim de avaliar se as práticas imputadas seriam passíveis de enquadramento nos (i) incisos I, III e IV do artigo 20 c/c incisos V do artigo 21 e (ii) incisos I, III e IV do artigo 20 c/c incisos I e V, todos da Lei nº 8.884/94, quais sejam, cartel e *price squeeze*.

Em 25 de março de 2010, a SDE emitiu nota técnica por meio da qual: (i) afastou a acusação de cartel em relação a todas as representadas, recomendando seu arquivamento (ii) sugeriu a exclusão da Oi do pólo passivo também pela investigação

Notas Explicativas

de *price squeeze* por entender que seu grupo econômico seria devedor líquido de VU-M e por não existir evidências de práticas reiteradas de preços inferiores ao VU-M; (iii) recomendou a condenação da Vivo, TIM e Claro sob a hipótese do artigo 20, incisos I, III e IV c/c o artigo 21, inciso V, todo da Lei nº 8.884/94, pela elevação dos custos de empresas concorrentes (*price squeeze*).

O processo está no Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aguardando julgamento.

A opinião dos consultores jurídicos da Companhia é de que o Processo Administrativo nº 08012.008501/2007-91 deve ser classificado como de risco possível de perda e, portanto, não foi constituída provisão. Para a hipótese de o CADE vir a condenar as representadas apenas por *price squeeze*, as multas fixadas atualmente em casos semelhantes têm variado de 1% a 2% do faturamento bruto anual. Todavia na remota hipótese de que o CADE venha a entender pela configuração de cartel, inicialmente afastada pela SDE, as multas têm variado entre 20 a 30% do faturamento bruto da empresa representada no exercício anterior à instauração do processo (no caso da Vivo: 2007), excluídos impostos.

19.4. Garantias

Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	19.985	2.892.682	460.818	83.636	3.681.367	1.747.526
Saldo final	<u>19.985</u>	<u>2.892.682</u>	<u>460.818</u>	<u>83.636</u>	<u>3.681.367</u>	<u>1.747.526</u>

20. RECEITAS DIFERIDAS

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011	Mar/2012	Dez/2011
Receita de habilitação (a)	66.947	67.672	69.113	67.672
Cartões indutivos	8.185	15.783	8.185	15.783
Serviços e mercadorias (b)	-	-	616.623	583.751
Subvenções governamentais (d)	44	44	8.325	8.322
Programa de fidelização (e)	-	-	76.121	68.821
Outras receitas	2.100	1.457	14.743	16.919
Total circulante	<u>77.276</u>	<u>84.956</u>	<u>793.110</u>	<u>761.268</u>
Receita de habilitação (a)	36.626	30.792	36.626	30.792
Serviços e mercadorias (b)	-	-	45.766	48.095
Doações de equipamentos (c)	-	-	20.991	22.638
Subvenções governamentais (d)	320	331	43.186	44.880
Outras receitas	7.357	7.493	9.522	9.861
Total não circulante	<u>44.303</u>	<u>38.616</u>	<u>156.091</u>	<u>156.266</u>

Notas Explicativas

- a) Referem-se ao diferimento da receita de habilitação reconhecida no resultado ao longo do período estimado de duração do cliente na planta.
- b) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes.
- c) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.
- d) Refere-se aos valores de subvenção governamental da Vivo decorrentes de recursos obtidos de uma linha de financiamento junto ao BNDES (Programa PSI), utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicados em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos.
- e) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Vivo mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. Os pontos acumulados podem ser trocados por aparelhos ou serviços, troca esta, condicionada à obtenção de um saldo mínimo de pontos por parte do cliente. A contraprestação recebida é alocada ao custo dos aparelhos ou serviços resgatados pelo seu valor justo. O valor justo dos pontos é determinado através da divisão do valor do desconto concedido pela quantidade de pontos necessários para efetuar o resgate em função do programa de pontos. O valor justo do saldo acumulado de pontos gerados é diferido e reconhecido como receita no momento do resgate dos pontos.

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011	Mar/2012	Dez/2011
Retenções de terceiros	62.931	155.503	157.896	252.807
Valores a restituir a assinantes	58.138	53.882	54.028	59.265
Arrendamento mercantil (a)	11.669	11.669	11.669	11.669
Dívidas com partes relacionadas (nota 31)	109.454	138.900	43.017	66.490
Ônus do contrato de concessão (nota 1.b.1)	24.755	-	24.755	-
Outros credores	14.568	14.654	30.436	32.087
Total circulante	281.515	374.608	321.801	422.318
Arrendamento mercantil (a)	6.081	9.398	6.081	9.398
Dívidas com partes relacionadas (nota 31)	3.508	5.119	3.530	4.976
Pessoal, encargos e benefícios sociais	16.543	15.160	16.543	15.160
Mútuo assunção de dívida e parcelamento	-	-	21.051	21.587
Outros credores	15.797	15.262	17.677	17.137
Total não circulante	41.929	44.939	64.882	68.258

(a) A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro para uso de equipamentos de informática.

Notas Explicativas

	Mar/2012	Dez/2011
Pagamentos futuros brutos do arrendamento mercantil financeiro	19.523	23.920
Despesa financeira não realizada	(1.773)	(2.853)
Valor presente dos pagamentos mínimos a pagar	17.750	21.067
Circulante	11.669	11.669
Não circulante	6.081	9.398

Cronograma de vencimentos:

Ano	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	11.669	11.669
A vencer a mais de um ano e até cinco anos	7.854	6.081
Total	19.523	17.750

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o período findo em 31 de março de 2012.

COMPROMISSOS E GARANTIAS**Aluguéis**

A Companhia aluga equipamentos e instalações bem como a controlada Vivo é arrendadora de diversas lojas e sites onde se encontram instaladas estações rádio base (ERB's), por meio de vários contratos operacionais que vencem em datas diferentes sendo que os pagamentos são mensais, equivalentes ao período do contrato, nos montantes de R\$4.814.758 e R\$8.071.538, na controladora e consolidado, respectivamente.

Os compromissos com aluguel, lojas e sites referem-se principalmente a instalações onde os pagamentos mínimos futuros sob contratos não canceláveis com prazos superiores a um ano são os seguintes:

Ano	Controladora	Consolidado
Até um ano	386.303	818.711
Um ano até cinco anos	2.662.583	4.824.961
Mais de cinco anos	1.765.872	2.427.866
Total	4.814.758	8.071.538

Notas Explicativas**22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a. Capital Social**

O capital social realizado em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R\$37.798.110. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	<u>Mar/2012</u>	<u>Dez/2011</u>
Capital total em ações		
Ordinárias	381.587.111	381.587.111
Preferenciais	744.014.819	744.014.819
Total	<u>1.125.601.930</u>	<u>1.125.601.930</u>
Ações em tesouraria		
Ordinárias	(243.240)	(239.740)
Preferenciais	<u>(1.501.246)</u>	<u>(1.477.546)</u>
Total	<u>(1.744.486)</u>	<u>(1.717.286)</u>
Ações em circulação		
Ordinárias	381.343.871	381.347.371
Preferenciais	<u>742.513.573</u>	<u>742.537.273</u>
Total	<u>1.123.857.444</u>	<u>1.123.884.644</u>
Valor Patrimonial por ação em circulação em R\$	<u>39,41</u>	<u>38,55</u>

Segundo o Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.350.000.000 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado. Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas – Lei 6404/76; art. 166; IV – estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do estatuto social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

Em abril de 2011, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$31.222.630 decorrente da incorporação de 100% das ações da Vivo Part. pela Companhia, aprovada em assembleia do dia 27 de abril de 2011 (nota 3) correspondente a 619.364.658 (seiscentos e dezenove milhões, trezentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e cinquenta e oito) ações, sendo 212.767.241 (duzentos e doze milhões, setecentos e sessenta e sete mil e duzentos e quarenta e uma) ações ordinárias e 406.597.417 (quatrocentos e seis milhões, quinhentos e noventa e sete mil e quatrocentos e dezessete) ações preferenciais.

Notas Explicativas

b. Reservas de Capital

Ágio na subscrição de ações

Essa reserva representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.

Outras Reservas de Capital

Reserva decorrente do processo de incorporação das *holdings*: TBS Celular Participações Ltda, Portelcom Participações S.A. e PTelecom Brasil S.A. pela Vivo Part., a qual foi registrada na Companhia com a incorporação da Vivo Part. Esta reserva (R\$47.723), poderá ser utilizada para futuro aumento de capital pela Companhia.

c. Ações em tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria e que são provenientes dos processos: i) de incorporação da TDBH (ocorrida no exercício de 2006); ii) de incorporação das ações da Vivo Part. (ocorrido em 2011); e iii) do programa de recompra de ações ordinária e preferenciais, sendo o valor até 31 de março de 2012 de R\$62.982, sendo que o custo médio de aquisição foi de R\$43,82 para as ações ordinárias e R\$46,78 para as ações preferenciais, que correspondem a 32.500 ações ordinárias e 1.316.000 ações preferenciais. Em 31 de março de 2012, o valor de mercado das ações registradas em tesouraria era de R\$97.206.

Recompra das ações ordinárias e preferenciais da Telefônica Brasil

Em 7 de novembro de 2011, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral, a aprovação pelos membros do Conselho de Administração, para a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, sem redução de capital, para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, para fins de incrementar o valor aos acionistas. Para esta recompra será utilizada parte da reserva de capital existente em 30 de junho de 2011, excetuadas as reservas referidas no artigo 7º letras (a) a (d) da Instrução CVM nº 10/80.

Esta recompra tem início a partir da data de deliberação, permanecendo em vigor até 6 de novembro de 2012, sendo as aquisições realizadas na BMF&BOVESPA, a preços de mercado e cabendo à Diretoria decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação, seja em uma série de operações bem como definir os parâmetros para realização das compras, tudo dentro dos limites legais e na quantidade máxima de até 2.912.734 ações ordinárias e até no máximo de 25.207.477 ações preferenciais.

d. Reservas de lucros

Reserva legal

Essa reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.

Notas Explicativas

e. Reserva especial de ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado anualmente em favor do acionista controlador a medida da realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99.

f. Dividendos – Saldo remanescente do resultado lucros acumulados de 31 de dezembro de 2010

Em 18 de março de 2011, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a destinação do dividendo adicional proposto referente ao saldo remanescente do resultado de 2010 e dividendos e juros sobre capital próprio prescritos de 2010 no montante de R\$1.694.099 prevista na proposta de destinação de resultados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 18 de março de 2011.

A partir de 20 de maio de 2011, teve início o pagamento da primeira parcela no valor de R\$1.429.300 e o pagamento da parcela restante no valor de R\$264.799 teve início em 3 de novembro de 2011.

g. Dividendos intermediários – exercício social de 2011

Em 13 de setembro de 2011, foi aprovado pelo Conselho de Administração a declaração de dividendos intermediários no montante de R\$382.400, com base nos lucros existentes no balanço trimestral de 30 de junho de 2011, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 30 de setembro de 2011. O pagamento destes dividendos intermediários teve início em 3 de novembro de 2011.

h. Juros Sobre Capital Próprio (JSCP) – exercício social de 2011

Em 13 de setembro de 2011, o Conselho de Administração deliberou o crédito de juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2011, no montante de R\$1.250.000, com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$1.062.500 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 30 de setembro de 2011. O pagamento destes juros sobre capital próprio teve início em 3 de novembro de 2011.

Em 12 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração deliberou o crédito de juros sobre capital próprio referente ao exercício de 2011, no montante de R\$617.000, com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$524.450 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 29 de dezembro de 2011. O pagamento destes juros sobre capital próprio teve início em 02 de maio de 2012.

Notas Explicativas**i. Dividendos – Saldo remanescente do resultado lucros acumulados de 31 de dezembro de 2011**

O saldo de lucro do exercício em 31 de dezembro de 2011 ainda não destinado, no montante de R\$1.888.152, mais os dividendos e juros sobre capital próprio prescritos em 2011 no montante de R\$107.874 e menos outros resultados abrangentes no montante de R\$(42.997) que totalizam o valor de R\$1.953.029, foram classificados como dividendos adicionais propostos dentro do patrimônio líquido de acordo com a proposta da Administração para destinação do lucro do exercício, a qual foi submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas de 11 de abril de 2012 (nota 36).

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Mar/2011	Mar/2012	Mar/2011
Serviço de telefonia	3.074.478	3.905.246	6.618.760	3.917.958
Uso de rede	219.946	131.658	1.145.082	131.658
Dados e SVAs	1.295.852	1.221.430	3.392.045	1.344.303
Serviços de TV por assinatura	-	-	214.095	158.303
Venda de mercadorias e aparelhos	-	-	571.922	28.840
Outros serviços	190.697	146.496	286.256	224.390
Receita operacional bruta	<u>4.780.973</u>	<u>5.404.830</u>	<u>12.228.160</u>	<u>5.805.452</u>
ICMS	(933.219)	(1.165.288)	(2.453.247)	(1.198.081)
PIS e COFINS	(171.701)	(194.008)	(499.797)	(215.983)
ISS	(5.673)	(6.065)	(11.389)	(9.827)
Descontos e devoluções	(406.583)	(349.822)	(949.397)	(406.866)
Receita operacional líquida	<u>3.263.797</u>	<u>3.689.647</u>	<u>8.314.330</u>	<u>3.974.695</u>

24. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E MERCADORIAS VENDIDAS

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Mar/2011	Mar/2012	Mar/2011
Depreciação e amortização	(519.635)	(423.682)	(999.664)	(472.002)
Pessoal	(81.382)	(65.057)	(139.630)	(70.361)
Interconexão	(850.684)	(1.038.475)	(1.068.751)	(1.114.227)
Serviços de terceiros	(404.247)	(416.700)	(760.169)	(518.235)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão	(86.684)	(93.292)	(296.801)	(104.826)
Impostos, taxas e contribuição	(49.794)	(59.260)	(488.024)	(61.782)
Ônus do contrato de concessão (nota 1.b.1)	(24.755)	(25.643)	(24.755)	(25.643)
Outros	(5.003)	(2.269)	(32.327)	(5.309)
Total de custos dos serviços prestados	<u>(2.022.184)</u>	<u>(2.124.378)</u>	<u>(3.810.121)</u>	<u>(2.372.385)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(1.602)	(4.550)	(424.019)	(31.624)
Total	<u>(2.023.786)</u>	<u>(2.128.928)</u>	<u>(4.234.140)</u>	<u>(2.404.009)</u>

Notas Explicativas**25. DESPESAS COM COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Mar/2011	Mar/2012	Mar/2011
Depreciação e amortização	(117.846)	(34.564)	(224.657)	(34.601)
Pessoal	(146.434)	(121.074)	(376.769)	(122.781)
Serviços de terceiros	(429.184)	(451.812)	(1.047.879)	(481.131)
Provisão para redução ao valor recuperável (nota 5)	(77.944)	(73.834)	(181.860)	(84.962)
Aluguéis/seguros/condomínio	(1.520)	(2.565)	(26.050)	(2.656)
Publicidade e propaganda	(45.798)	(48.377)	(216.133)	(45.151)
Doações e patrocínios	-	-	(74.539)	
Outros	(11.068)	(3.381)	(27.104)	(3.906)
Total	(829.794)	(735.607)	(2.174.991)	(775.188)

26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Mar/2011	Mar/2012	Mar/2011
Depreciação e amortização	(15.147)	(17.408)	(93.971)	(31.905)
Pessoal	(90.338)	(60.711)	(197.808)	(62.073)
Serviços de terceiros	(82.743)	(49.351)	(206.924)	(60.843)
Aluguéis/seguros/condomínios	(7.212)	(5.093)	(43.538)	(6.452)
Outros	(4.136)	(4.657)	(16.922)	(8.986)
Total	(199.576)	(137.220)	(559.163)	(170.259)

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Mar/2011	Mar/2012	Mar/2011
Multas e despesas recuperadas	41.131	53.112	94.342	52.872
Doações e patrocínios	(2.492)	(4.592)	(2.492)	(4.592)
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(61.549)	(36.267)	(102.752)	(37.368)
Resultado líquido na alienação/cessão de ativos (a)	(5.195)	9.047	208.107	8.620
Serviços técnicos administrativos	8.784	10.824	7.784	9.350
Outras despesas	6.619	2.301	(21.981)	(1.333)
Total	(12.702)	34.425	183.008	27.549
Outras receitas operacionais	64.974	109.286	380.961	108.468
Outras despesas operacionais	(77.676)	(74.861)	(197.953)	(80.919)
Total	(12.702)	34.425	183.008	27.549

(a) No primeiro trimestre de 2012, a Vivo realizou operações para alienação de 800 torres de transmissão de sua propriedade, não estratégicas, transferindo a atividade de gestão e manutenção destas torres de telecomunicações para empresa especializada na prestação destes serviços pelo valor de R\$277.180 mil, tendo sido registradas receitas equivalentes a 720 torres pelo valor de R\$249.256 mil (R\$216.517 mil, líquido do valor residual).

Notas Explicativas**28. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Mar/2011	Mar/2012	Mar/2011
Receitas financeiras	155.561	96.382	336.350	123.483
Receitas de aplicações financeiras	22.788	35.892	76.035	45.882
Ganho com operações de derivativos	28.320	1.474	40.672	1.474
Juros ativos	30.490	12.585	42.804	13.012
Variações monetárias/cambiais ativas	65.501	41.982	155.275	42.314
Outras receitas financeiras	8.462	4.449	21.564	20.801
Despesas financeiras	(190.809)	(93.722)	(399.419)	(95.591)
Juros passivos	(96.338)	(46.936)	(165.605)	(47.648)
Perdas com operações de derivativos	(35.697)	(23.656)	(72.272)	(23.656)
Variações monetárias/cambiais passivas	(41.999)	(14.412)	(105.101)	(15.262)
Outras despesas financeiras	(16.775)	(8.718)	(56.441)	(9.025)
Total	(35.248)	2.660	(63.069)	27.892

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e suas controladas provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações contábeis são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) em 31 de março de 2012 e 2011.

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Mar/2011	Mar/2012	Mar/2011
Lucro antes de impostos	991.155	675.366	1.465.975	681.442
Imposto de renda e contribuição social				
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a alíquota de 34%	(336.993)	(229.624)	(498.432)	(231.690)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	281.678	(16.868)	-	259
Dividendos prescritos				
Diferenças temporárias de controladas	-	-	(22.514)	(18.489)
Despesas indedutíveis, brindes, incentivos e dividendos recebidos	(918)	(11.718)	(9.750)	(14.375)
Outras adições (exclusões)	22.528	1.181	21.299	1.190
Total geral (IRPJ + CSLL)	(33.705)	(257.029)	(509.397)	(263.105)
Taxa efetiva	3,4%	38,1%	34,7%	38,6%
IRPJ e CSLL corrente	12.930	(229.997)	(298.331)	(235.804)
IRPJ e CSLL diferido	(46.635)	(27.032)	(211.066)	(27.301)

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 7.2.

Notas Explicativas**30. RESULTADO POR AÇÃO**

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes à potenciais emissões de ações.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação da Companhia para os períodos findos em 31 de março de 2012 e 2011:

	<u>Mar/2012</u>	<u>Mar/2011</u>
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas:	<u>957.450</u>	<u>418.337</u>
Ordinários	304.745	130.727
Preferenciais	652.705	287.610
Número de Ações:	<u>1.123.857</u>	<u>505.841</u>
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	381.344	168.609
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	742.513	337.232
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	0,80	0,78
Ações preferenciais	0,88	0,85

Notas Explicativas**31. TRANSAÇÕES E SALDOS COM EMPRESAS LIGADAS**

Os principais saldos decorrentes de transações com partes relacionadas consolidadas estão detalhados abaixo:

Empresa	Natureza da transação	31/03/2012				Receitas	Custos de despesas
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante		
Atento Brasil S. A.	a) / c) / e) / f)	12.510	-	209.681	338	12.732	278.185
SP Telecomunicações Participações Ltda.	d) / f)	7	-	126.283	-	3	1.671
Telefónica de España S. A.	a) / e)	1.991	-	833	-	1.483	838
Telefónica Del Peru	b)	4.637	-	47	702	803	-
Telefónica Internacional S. A.	b) / d) / f)	135	16.907	203.468	-	1	2.130
Telefónica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda.	a) / c) / f)	1.959	22	35.239	259	2.185	27.578
Telefónica Internacional Wholesale Services Espanha	a) / e) / f)	7.069	-	2.862	-	4.270	3.084
Telefónica Moviles Espana S.A.	a) / c) / e) / f)	5.270	-	6.063	-	1.884	3.710
Telefónica S. A.	d) / f)	2.127	-	170.187	-	3.392	36.917
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	b) / c) / e) / f)	17.275	968	13.636	1.982	1.257	21.304
Telefónica Transportes e Logística Ltda.	c) / f)	323	8	29.821	144	187	21.103
Terra Networks Brasil S. A.	a) / b) / e)	9.537	9	838	-	1.826	665
Telefónica Engenharia de Segurança do Brasil Ltda.	b) / c) / f)	2.126	293	4.629	-	384	1.664
Outras	a) / c) / e) / f)	24.513	8	23.567	105	9.729	6.753
Total		89.479	18.215	827.154	3.530	40.136	405.602

Empresa	Natureza da transação	31/12/2011				31/03/2011	
		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas	Custos de despesas
Atento Brasil S. A.	a) / c) / e) / f)	14.720	-	186.692	338	6.314	180.476
SP Telecomunicações Participações Ltda.	d) / f)	4	-	126.283	-	-	2.161
Telefónica de España S. A.	a) / e)	5.320	-	3.997	-	-	-
Telefónica Del Peru	b)	10.663	-	61	700	301	17
Telefónica Internacional S. A.	b) / d) / f)	221	17.022	201.856	-	-	616
Telefónica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda.	a) / c) / f)	2.131	22	29.080	505	946	16.999
Telefónica Internacional Wholesale Services Espanha	a) / e) / f)	6.057	-	3.402	-	-	3.149
Telefónica Moviles Espana S.A.	a) / c) / e) / f)	5.424	-	5.984	-	-	-
Telefónica S. A.	d) / f)	482	1.591	172.229	-	-	175
Telefónica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	b) / c) / e) / f)	16.690	932	10.715	2.976	616	25.435
Telefónica Transportes e Logística Ltda.	c) / f)	163	-	36.610	144	-	-
Terra Networks Brasil S. A.	a) / b) / e)	9.505	16	1.100	-	3.330	1.007
Grupo Vivo	e) / f)	-	-	-	-	171.828	647.891
Outras	a) / c) / e) / f)	26.805	631	32.206	313	6.302	7.800
Total		98.185	20.214	810.215	4.976	189.637	885.726

a) Contas a receber de serviços compreendem os valores a receber referentes aos serviços de telecomunicações fixo e móvel, no qual destacamos as empresas Terra Networks Brasil S.A., Telefónica de Espanha S.A, Telefónica Internacional Wholesale Services Espanha, Atento Brasil S.A e Telefónica Moviles Espana S.A., principalmente por chamadas de longa distância fixa e móvel, comunicação via celular local, interconexão e com a Telefónica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda, devido ao contrato de prestação de serviços de cessão de utilização de fibra óptica subterrânea e outras empresas do grupo.

Notas Explicativas

b) Outros ativos no Ativo Circulante e no Não Circulante são compostos principalmente por créditos junto à Telefónica Internacional S.A., Telefónica Del Peru, Terra Networks Brasil S.A., Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda., Telefonica Engenharia de Segurança do Brasil Ltda, Telefónica S. A. provenientes de serviços prestados, honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas respectivas empresas.

c) Fornecedores compreendem serviços prestados principalmente pela Atento Brasil S.A. sobre os serviços de administração, suporte de centros de tele-atendimento e promotores de vendas; Telefónica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda. sobre fornecimento de infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de roaming internacional pela Telefónica Moviles Espana S.A. Destacamos também a prestação de serviços de gestão administrativa relacionadas às áreas: contábil, financeira, recursos humanos, patrimônio e informática a pagar à Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda, Telefônica Transportes e Logística Ltda e outras empresas do grupo.

d) Outras Obrigações no Passivo Circulante e no Não Circulante são compostas principalmente de valores a pagar a título de gerência e assistência técnica e dividendos e JSCP à Telefónica Internacional S.A., SP Telecomunicações Participações Ltda e Telefónica S.A.

e) Receitas compreendem principalmente os faturamentos dos serviços como 0800, *Speedy*, longa distância nacional fixo e móvel com a Terra Networks Brasil S.A., Atento Brasil S.A. e Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda, receita de infraestrutura de rede locada para a Atento Brasil S.A. e serviços de telecomunicações fixo e móvel principalmente por chamadas de longa distância com Telefónica de Espanha S.A., Telefónica Internacional Wholesale Services Espanha, Telefónica Moviles Espana S.A e outras empresas do grupo.

f) O saldo de custos e despesas referem-se principalmente a serviços de roaming internacional pela Telefónica Moviles Espana S.A., serviços de administração de centros de atendimento, televendas e serviços mercadológicos prestados pela Atento Brasil S.A., fornecimento de infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados pela Telefônica Internacional Wholesale Services Brasil Ltda e Telefónica Internacional Wholesale Services Espanha, despesas de gerência, assistência técnica à Telefónica Internacional S.A., SP Telecomunicações Participações Ltda e Telefónica S.A. e prestação de serviços de gestão administrativa relacionadas às áreas: contábil, financeira, recursos humanos, patrimônio e informática a pagar à Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda, Telefônica Transportes e Logística Ltda e outras empresas do grupo.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2011 foi aprovada a operação de substituição e incorporação de ações de 100% do capital total da Vivo Participações S.A., de acordo com a reestruturação societária mencionada no Fato Relevante datado de 27 de dezembro de 2010 e nos termos do Protocolo de Incorporação datado de 25 de março de 2011.

Notas Explicativas

Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários em março de 2012 foi de aproximadamente R\$6.919 (R\$3.316 em março de 2011). Destes montantes, R\$3.860 (R\$2.384 em março de 2011) correspondem a salários e R\$1.182 (R\$932 em março de 2011) a remuneração variável.

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2012, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

32. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia e suas controladas registraram as seguintes despesas de pessoal referentes aos planos de remuneração baseados em ações, nos trimestres encerrados em 31 de março de 2012 e 2011:

Planos	Mar/2012	Mar/2011
PSP	7.743	2.525
PIP	2.133	-
GESP	2.500	330
Total	<u>12.376</u>	<u>2.875</u>

33. SEGUROS

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefônica S.A.

Os ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Limites máximos de indenização
Riscos operacionais (com lucros cessantes)	R\$1.659.430
Responsabilidade civil geral (RCG)	R\$31.740
Seguro Garantia ANATEL	R\$24.655

Notas Explicativas

34. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia e suas controladas patrocinam com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo (1)	Entidade	Patrocinador
PBS-A	BD	Sistel	Telefônica Brasil e Vivo solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA/PCE	Assistência Médica	Sistel	Telefônica Brasil e Vivo solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	Telefônica Brasil S.A.	Telefônica Brasil
PBS	BD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil e Vivo
VISÃO	CD/Híbrido	VisãoPrev	A. Telecom, Telefônica Data, Telefônica Brasil, Vivo e VisãoPrev Companhia de Previdência Complementar
PREV	Híbrido	VisãoPrev (2)	Vivo

(1) BD = Plano de Benefício Definido;

CD = Plano de Contribuição Definida;

Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos, como contribuições definidas.

(2) Exceto o plano CELPREV, administrado pela Sistel.

A Companhia e suas controladas, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, patrocinam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados apresentados a seguir: i) PBS-A; ii) PAMA; iii) CTB ; iv) PBS-Telefônica, PBS-Telesp Celular, PBS-TCO, PBS Tele Sudeste Celular e PBS Tele Leste Celular; v) Plano TCP Prev, TCO Prev e CelPrev; e vi) Plano de Benefícios Visão Telefônica e Visão Celular – Celular CRT, Telerj Celular, Telest Celular, Telebahia Celular e Telergipe Celular.

A Companhia e suas controladas patrocinam, individualmente, um plano de benefícios definidos de aposentadoria - o Plano PBS, administrado pela Visão Prev, o qual atende, aproximadamente, 0,14% dos empregados da Companhia. A Companhia e suas controladas participam, também, de um plano multipatrocinado de aposentadoria (PBS-A) e de assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados da Companhia e a seus dependentes (administrado pela Fundação Sistel, com fundo já constituído e contribuição dos participantes), a custo compartilhado. As contribuições aos planos PBS são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano conforme discriminado abaixo:

Plano	%
PBS Telesp	13,96
PBS Telesp Celular	10,78
PBS Tele Sudeste Celular	16,67
PBS Telemig Celular	10,36
PAMA	1,50

Notas Explicativas

Para os demais empregados da Companhia e suas controladas, há um plano individual de contribuição definida – o Plano de Benefícios Visão Telesp, e para os empregados da Vivo há um plano individual de contribuição definida o Plano Vivo Prev, sendo ambos administrados pela Visão Prev Companhia de Previdência Complementar. Esses planos são viabilizados através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pelas patrocinadoras, que são creditadas em contas individuais dos participantes. A Telefônica Brasil e suas controladas são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção dos planos, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes. As contribuições da Companhia e suas controladas para esses planos são iguais às dos participantes, variando de 2% a 9% do salário para os participantes da Telefônica Brasil, e de 2% a 8% do salário para os participantes da Vivo, em função do percentual escolhido pelo participante.

Adicionalmente, a Companhia complementa aposentadoria de alguns empregados da antiga CTB – Companhia Telefônica Brasileira.

Todas as receitas e despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, tais como as contribuições do empregador, os custos dos serviços correntes, os custos dos juros e o retorno esperado dos ativos dos planos são reconhecidos diretamente no resultado operacional da Companhia e suas controladas.

Os ganhos e perdas atuariais referentes aos planos de benefícios definidos e planos de benefícios híbridos, além das limitações de recuperabilidade de superávits por restituições ou reduções em contribuições futuras, estão sendo imediatamente reconhecidos como outros resultados abrangentes, não gerando impacto no resultado operacional da Companhia e suas controladas.

O passivo atuarial registrado pela Companhia e suas controladas em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é o seguinte:

Plano	Controladora		Consolidado	
	Mar/2012	Dez/2011	Mar/2012	Dez/2011
CTB	33.896	34.615	33.896	34.615
PAMA	262.245	256.563	279.459	273.373
PBS	-	-	1.443	905
Total	<u>296.141</u>	<u>291.178</u>	<u>314.798</u>	<u>308.893</u>

Para os planos superavitários, os ativos atuariais líquidos foram registrados pela Companhia e suas controladas em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, no grupo de outros ativos (nota 10).

Notas Explicativas

35. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que serão realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O quadro abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros consolidados em 31 de março de 2012.

	Controladora								
	Valor justo			Custo amortizado					
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Cobertura	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Investimentos mantidos até o vencimento	Nível 1 preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Ativos Financeiros									
Circulante									
Caixa e equivalentes a caixa (nota 4)	-	-	-	877.302	-	-	-	877.302	877.302
Operações com derivativos	2	-	-	-	-	-	2	2	2
Não Circulante									
Participações Societárias	-	-	38.004	-	-	38.004	-	38.004	38.004
Operações com derivativos	-	29.067	-	-	-	-	29.067	29.067	29.067
Valores vinculados ao Tesouro Nacional (nota 10)	-	-	-	-	445	-	-	445	445
Total de ativos financeiros	2	29.067	38.004	877.302	445	38.004	29.069	944.820	944.820

	Controladora						
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 1 preço de mercado	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Passivos Financeiros							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	5.600	413.143	-	-	5.600	418.743	418.743
Debêntures (nota 17)	5.660	492.904	-	-	5.660	498.564	498.564
Operações com derivativos	60	-	10.557	-	10.617	10.617	10.617
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	286.798	885.385	-	-	286.798	1.172.183	1.172.183
Debêntures (nota 17)	86.616	707.315	-	-	86.616	793.931	793.931
Operações com derivativos	-	-	8.952	-	8.952	8.952	8.952
Total de passivos financeiros	384.734	2.498.747	19.509	-	404.243	2.902.990	2.902.990

Notas Explicativas

	Consolidado								
	Valor justo			Custo amortizado					
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado		Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Investimentos mantidos até o vencimento	Nível 1 preço de mercado	Nível 2 Estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Ativos Financeiros									
Circulante									
Caixa e equivalentes a caixa (nota 4)	-	-	-	3.177.346	-	-	-	3.177.346	3.177.346
Operações com derivativos	2	1.312	-	-	-	-	1.314	1.314	1.314
Não Circulante									
Participações Societárias	-	-	40.625	-	-	40.625	-	40.625	40.625
Operações com derivativos	-	196.443	-	-	-	-	196.443	196.443	196.443
Valores vinculados ao Tesouro Nacional (nota 10)	-	-	-	-	445	-	-	445	445
Total de ativos financeiros	2	197.755	40.625	3.177.346	445	40.625	197.757	3.416.173	3.416.173

	Consolidado						
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 1 preço de mercado	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
Passivos Financeiros							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	33.709	863.355	-	-	33.709	897.064	897.064
Debêntures (nota 17)	5.660	492.904	-	-	5.660	498.564	498.564
Operações com derivativos	91	-	41.765	-	41.856	41.856	41.856
Não Circulante							
Empréstimos e financiamentos (nota 17)	956.357	2.782.019	-	-	956.357	3.738.376	3.738.376
Debêntures (nota 17)	86.616	707.315	-	-	86.616	793.931	793.931
Operações com derivativos	-	-	63.016	-	63.016	63.016	63.016
Total de passivos financeiros	1.082.433	4.845.593	104.781	-	1.187.214	6.032.807	6.032.807

Participações Societárias

A Companhia possui participações societárias de forma direta e indireta, oriundas do processo de privatização. Tais investimentos, avaliados a valor de mercado, consideram a última cotação de 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

O quadro a seguir apresenta a composição das participações societárias a valor de mercado em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

	% Partic.	Mar/2012	Dez/2011
Zon Multimídia	0,52	10.046	9.116
Outros investimentos		30.579	28.580
Total		40.625	37.696

Notas Explicativas

Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer do período findo em 31 de março de 2012, não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo nível 3 e nível 2. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros com avaliação de valor justo nível 3.

Conforme permitido pelo CPC 37, a Companhia e suas controladas não divulgaram informações comparativas da hierarquia do valor justo e divulgações de liquidez.

Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia e suas controladas é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia e suas controladas administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia e suas controladas podem efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o período findo em 31 de março de 2012, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, operações com derivativos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Política de Gestão de Riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia e suas controladas são:

a. Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2012, 20,0% (19,32% em 31 de dezembro de 2011) da dívida financeira era denominada em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas contratam operações de derivativos (*hedge cambial*) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$1.181.493 em 31 de março de 2012 e R\$1.004.207 em 31 de dezembro de 2011).

Desta forma, a totalidade deste endividamento em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era coberta por posições ativas de operações de *hedge cambial* com swap para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

A partir de maio de 2010 foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$ 14.079 e €35.702 a pagar em 31 de março de 2012) para minimizar seus riscos cambiais.

b. Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial* e IPCA) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional) que vem se mantendo em 6,0% a.a. desde julho de 2009.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da Telemig (empresa incorporada pela Vivo Part. em 1º de junho de 2010), indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia e suas controladas investem o excesso de disponibilidade de R\$3.147.326 (R\$2.862.938 em 31 de dezembro de 2011), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

Em 31 de março de 2012, a Companhia e a Vivo possuíam contratos de financiamento em vigor, com cláusulas restritivas (*covenants*) tradicionalmente aplicáveis a este tipo de operação, relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Essas cláusulas restritivas, que devem ser apuradas semestral e anualmente e que poderiam antecipar as exigibilidades dos passivos, foram totalmente observadas e todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures da 1ª e 4ª emissão da Vivo Part., assumidas pela Companhia em 19 de agosto e 28 de setembro 2011, respectivamente, possuem índices econômicos e

Notas Explicativas

financeiros que devem ser apurados trimestralmente e cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos e todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas.

c. Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia e suas controladas estruturam os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 17, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

d. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia e suas controladas monitoram constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limita o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. Na modalidade de telefonia móvel, a base de clientes é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

Em 31 de março de 2012, a carteira de clientes da Companhia e suas controladas não apresentavam registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia e suas controladas atuam controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e

Notas Explicativas

diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

Derivativos e Política de Gestão de Risco

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia e suas controladas têm o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira e proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture indexada ao IPCA com prazo mais curto. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (“*hedged*”).

A Companhia e suas controladas mantém controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia e suas controladas calculam a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 31 de março de 2012, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de hedge (“*hedge accounting*”), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de hedge de valor justo. Conforme as regras de contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos designados para essas coberturas contábeis são reconhecidas no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2011, a Vivo possuía um swap cambial no montante de US\$ 102.573 mil designado como *hedge* de fluxo de caixa, cuja variação acumulada do valor justo, reconhecida no patrimônio líquido, era de R\$ 5.703.

A Companhia e suas controladas firmaram contratos de swap em moeda estrangeira a diversas taxas de câmbio para cobertura de seus ativos e passivos em moeda estrangeira.

Em 15 de outubro de 2009 foi contratado um swap pela Vivo Part., o qual está indexado ao IPCA na ponta ativa e indexado a CDI na ponta passiva para cobrir a exposição dos fluxos da 3ª série da 4ª emissão de debêntures à variação do índice IPCA. Em sua contratação este swap foi reconhecido como hedge de valor justo.

Em 31 de março de 2012, a Companhia e suas controladas não possuíam contratos de derivativos embutidos.

Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para swaps, divulgadas pela BM&FBovespa.

Notas Explicativas

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de Cupom da Moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

		Consolidado					
Descrição	Indexador	Valor de referência (nocional)		Valor justo		Efeito acumulado	
		Mar/2012	Dez/2011	Mar/2012	Dez/2011	Valor a receber	Valor a pagar
Contratos de swaps							
Ponta Ativa							
Moeda estrangeira (a)		1.102.259	1.106.438	1.230.933	1.248.514	180.172	-
Citibank	USD	181.230	187.845	193.208	199.872	26.459	-
Votorantim	USD	10.558	13.434	10.965	14.028	-	-
Banco do Brasil	USD	258.900	258.900	281.434	282.205	11.484	-
Bradesco	USD	208.364	196.728	240.866	231.391	38.605	-
Itaú	USD	-	6.324	-	6.371	-	-
JP Morgan	USD	443.207	443.207	504.460	514.647	103.624	-
Moeda estrangeira (b)		89.150	44.098	89.062	43.059	2	-
Bradesco	EUR	63.874	13.828	63.776	13.773	-	-
Itaú	EUR	-	30.270	25.286	29.286	-	-
Santander	EUR	25.276	-	-	-	2	-
Índices de inflação		72.000	72.000	92.275	87.390	17.583	-
Bradesco	IPCA	72.000	72.000	92.275	87.390	17.583	-
Taxa pós (c)		-	4.644	-	4.638	-	-
Bradesco	CDI	-	896	-	899	-	-
Itaú	CDI	-	3.748	-	3.739	-	-
Ponta Passiva							
Taxa pós (a)		(1.191.410)	(1.150.536)	(1.241.711)	(1.204.745)	-	(101.859)
BES	CDI	-	-	-	-	-	-
Citibank	CDI	(181.230)	(187.845)	(184.215)	(186.324)	-	(17.465)
Votorantim	CDI	(10.558)	(13.434)	(27.491)	(34.139)	-	(16.526)
Banco do Brasil	CDI	(258.900)	(258.900)	(269.950)	(262.576)	-	-
Santander	CDI	(25.276)	-	(25.285)	-	-	-
Bradesco	CDI	(272.239)	(210.556)	(292.400)	(230.901)	-	(26.333)
Itaú	CDI	-	(36.594)	-	(36.753)	-	-
JP Morgan	CDI	(443.207)	(443.207)	(442.370)	(454.052)	-	(41.535)
Taxa pós (b)		(72.000)	(72.000)	(77.674)	(75.926)	-	(3.013)
Bradesco	IPCA	(72.000)	(72.000)	(77.674)	(75.926)	-	(3.013)
Moeda estrangeira (c)		-	(4.644)	-	(4.685)	-	-
Bradesco	USD	-	(896)	-	(937)	-	-
Itaú	USD	-	(3.748)	-	(3.748)	-	-
Total reconhecido nas demonstrações						197.757	(104.872)
Valores a receber						197.757	(104.872)

Notas Explicativas

a) Swaps de moeda estrangeira (Dólar) x CDI (R\$1.202.181) – operações de swap contratadas com vencimentos variados até 2019, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólares americanos (valor contábil da dívida financeira de R\$1.181.493)

b) Swap de moeda estrangeira (Euro e Dólar) e (CDI x EUR) (R\$117.814 – operações de swaps contratadas com vencimentos até 29 de maio de 2012, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores a líquidos a pagar em Euro e em Dólar (valor contábil de R\$25.653 em dólar e R\$86.884 em Euro).

c) Swap IPCA x percentual do CDI (R\$92.275) – operações de swap contratadas com vencimento anuais até 2014 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo de mercado R\$92.275).

Abaixo segue a distribuição de vencimentos dos contratos de swap em 31 de março de 2012:

Contrato de swap	Vencimento em				Valor a pagar/receber 31/03/2012
	2012	2013	2014	2015 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	(25.928)	(26.233)	(5.693)	136.139	78.285
VOTORANTIM	(4.502)	(8.260)	(3.764)	-	(16.526)
BRADESCO	(6.050)	(7.423)	(6.800)	32.514	12.241
JP MORGAN	(8.292)	(15.186)	(18.057)	103.625	62.090
SANTANDER	2	-	-	-	2
BANCO DO BRASIL	-	11.484	-	-	11.484
CITIBANK	(7.086)	(6.848)	22.928	-	8.994
IPCA x CDI	(1.807)	(1.176)	17.583	-	14.600
ITAÚ	(1.807)	(1.176)	17.583	-	14.600

Para fins de preparação das ITRs, a Companhia e suas controladas adotaram a metodologia de contabilidade de hedge para os seus swaps de moeda estrangeira x CDI e IPCA x CDI destinados a cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

Para o período findo em 31 de março de 2012, as operações de derivativos geraram um resultado negativo consolidado de R\$31.600 (um resultado negativo de R\$22.182 em 31 de março de 2011), conforme nota 28.

Em 31 de março de 2012 temos o saldo de R\$197.757 registrado no ativo e o saldo de R\$104.872 no passivo para reconhecer a posição de derivativos naquela data.

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto na CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente ao IFRS 7), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia e a Vivo possuem somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia e consolidado, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado abaixo:

Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

Controladora

Operação	Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	293.292	363.776	439.060
Dívida em USD	Dívidas (Risco aumento USD)	(293.291)	(363.775)	(439.059)
	Exposição Líquida	1	1	1
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco aumento EUR)	25.286	31.688	38.035
Contas a pagar EUR	Dívida (Risco queda EUR)	(24.574)	(30.717)	(36.861)
	Exposição Líquida	712	971	1.174
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativo (Risco queda USD)	22.380	27.985	33.594
Contas a pagar em USD	Dívida (Risco aumento USD)	(19.499)	(24.374)	(29.249)
	Exposição Líquida	2.881	3.611	4.345
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	87.390	93.798	97.778
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(87.390)	(93.798)	(97.778)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (Ponta CDI)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(413.059)	(434.620)	(452.186)
Hedge USD (Ponta Passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(289.408)	(305.247)	(317.919)
Hedge USD e EUR (Ponta Passiva e Ativa)	Derivativo C (Risco Aumento CDI)	(47.725)	(47.842)	(47.965)
Hedge IPCA (Ponta Passiva)	Derivativo C (Risco Aumento CDI)	(75.926)	(81.531)	(86.302)
	Exposição Líquida	(413.059)	(434.620)	(452.186)
Exposição líquida total em cada cenário		(409.465)	(430.037)	(446.666)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(20.572)	(37.201)

Notas ExplicativasConsolidado

Operação	Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	990.961	1.251.720	1.524.118
Dívida em USD	Dívidas (Risco aumento USD)	(991.168)	(1.251.980)	(1.524.430)
	Exposição Líquida	(207)	(260)	(312)
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda EUR)	89.062	111.455	133.789
Contas a pagar em EUR	Dívidas (Risco aumento EUR)	(87.086)	(108.857)	(130.628)
	Exposição Líquida	1.976	2.598	3.161
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	28.752	35.951	43.155
Contas a pagar em USD	Contas a Pagar (Risco aumento USD)	(25.653)	(32.066)	(38.479)
	Exposição Líquida	3.099	3.885	4.676
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	87.390	93.798	97.778
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(87.390)	(93.798)	(97.778)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco queda USD)	212.114	274.320	340.786
Dívida em UMBNDES	Dívidas (Risco aumento UMBNDES)	(213.661)	(275.943)	(342.831)
	Exposição Líquida	(1.547)	(1.623)	(2.045)
Hedge (Ponta CDI)	Derivativos (Risco aumento CDI)	(1.320.872)	(1.413.173)	(1.484.951)
	Exposição Líquida	(1.320.872)	(1.413.173)	(1.484.951)
Exposição líquida total em cada cenário		(1.317.551)	(1.408.573)	(1.479.471)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(91.022)	(161.920)

Premissas para a Análise de Sensibilidade

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
USD	1,8221	2,2776	2,7332
EUR	2,4392	3,0491	3,6589
IPCA	5,49%	6,87%	8,24%
UMBNDDES	0,03601	0,0450125	0,054015
CDI	9,52%	11,90%	14,28%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de março de 2012, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

Notas Explicativas**36. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em 11 de abril de 2012, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a destinação do dividendo adicional proposto referente ao saldo remanescente do resultado de 2011 e dividendos e juros sobre capital próprio prescritos de 2011 no montante de R\$1.953.029 prevista na proposta de destinação de resultados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 11 de abril de 2012.

A partir de 02 de maio de 2012, teve início o pagamento da primeira parcela no valor de R\$1.075.550 e o restante será pago até 21 de dezembro de 2012, em uma ou mais parcelas, em data a ser definida pela Diretoria Executiva da Companhia e comunicada oportunamente ao mercado.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

CE-0379/12

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
TELEFÔNICA BRASIL S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TELEFÔNICA BRASIL S.A. e empresas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de

três meses findos em 31 de março de 2012, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores comparativos do ano anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2011, obtidas das Informações Trimestrais – ITR daquele trimestre, e as do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, obtidas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2011 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 10 de maio de 2011 e 14 de fevereiro de 2012, respectivamente, sem qualquer modificação.

São Paulo, 07 de maio de 2012.

CRC Nº 2SP013002/O-3

Clóvis Ailton Madeira
CTCRC Nº 1SP106895/O-1 "S"